

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**RELACÕES DE GÊNERO NO ACESSO A TERRA NA COMUNIDADE  
RURAL SAMORA MACHEL**

Autor: Januário Armando Nhaguilunguana

Orientador: Adriano Biza

Maputo, Junho de 2012

**RELACÕES DE GÉNERO NO ACESSO A TERRA NA COMNIDADE RURAL**  
**SAMORA MACHEL**

(Trabalho submetido ao Departamento de Arqueologia e Antropologia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.)

Proponente: Januário Armando Nhaguilunguana

Supervisor

Presidente

Oponente

---

Adriano Biza

Maputo, Setembro de 2012

## **DECLARAÇÃO**

Declaro que este relatório de pesquisa é original. O mesmo é fruto da minha investigação estando indicadas ao longo do trabalho e na bibliografia as fontes de informação por mim utilizadas. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente, na íntegra ou parcialmente, para a obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, Junho de 2012

Januário Armando Nhaguilunguana

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente à minha família, que tanto se privou da minha presença durante o período de aulas.

A minha querida esposa *Suzete Gabriel Malhaieie* que me apoiou incondicionalmente ao longo de formação.

Aos meus filhos *Armando, Ana Paula, Gabriel e Sancha*.

## AGRADECIMENTOS

É estimulante chegar a esta etapa e fazer um exercício de memória para relembrar todos aqueles que, de algum modo, contribuíram de forma directa e/ou indirecta para a realização deste trabalho especialmente a Deus, o criador do universo. Injusto seria esquecer e/ou não referir aqueles que, ao longo do período da elaboração deste estudo, foram incomodados para auxiliar a transpor as inúmeras dificuldades e obstáculos, apanágio dos estudos que interagem com pessoas assim como no cumprimento dos procedimentos metodológicos e na execução, propriamente dita. A autoria individual, vai permanecer no futuro, mas esta actividade envolveu a participação de um elevado número de pessoas, que importa aqui salientar, sem as quais teria sido impossível chegar a esta fase.

Após estas considerações, prosseguimos o agradecimento:

Agradeço de forma especial ao *Dr. Adriano Mateus Biza*, pela sua paciência, carinho e delicadeza na forma como me orientou para concretização desta pesquisa.

Ao senhor Caisse responsável de programa Vilas de Milénio de Chibuto que facilitou na recolha de dados, facilitando o contacto com um maior número de camponeses sócios da Associação EXMIN.

Aos meus irmãos Ana, Jeremias e Raimundo.

A todos, **"KANIMAMBO"**!

## **GLOSSÁRIO**

Changana – língua local falada no Sul de Moçambique, principalmente nas províncias de Gaza e Maputo.

Indunas - é um chefe local ou líder tradicional, no bairro Samora Machel é mais conhecido por chefes de terras.

Kuthekela - troca de mão-de-obra por alimento ou dinheiro.

Kulhakula – é uma palavra oriunda de Changana que em português significa capinar. Cultivo regular para manter a machamba limpa.

Matsoni/Xivunga - troca de força trabalho humana por uma outra força de trabalho humana (troca de mão-de-obra por mão-de-obra).

Madodas – palavra originária da língua Changana que significa conselheiro.

Mhamba – trata-se de uma palavra originária da língua Changana que designa cerimónia tradicional.

Vachangana – no bairro Samora Machel Vachangana significa os naturais do bairro ou da província de Gaza.

Xitoko - actividades relacionadas com trabalho agrícola, baseada na amizade e convivência comunitária. Em cada jornada agrícola faz-se trabalho numa determinada machamba, no dia seguinte numa outra e assim sucessivamente até completar o número das pessoas envolvidas no grupo.

Xitique – é um meio de poupança e um estímulo colectivo que força os associados a reservar determinadas quantias para futura aquisições de bens entre as partes envolvidas. Este fenómeno, enquadra-se nas redes sociais.

## **ABREVIATURAS**

AHM - Arquivo Histórico de Moçambique

AEXMIN - Associação Agrícola de Ex-mineiro

BR - Boletim da República

CEA- Centro dos Estudos Africano

CR - Constituição da República

DUAT - Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

INE - Instituto Nacional de Estatística

FRELIMO - Frente da Libertação de Moçambique

MCT- Ministério da Ciência e Tecnologia

ONG- Organização Não Governamental

OG- Organização Governamental

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

PVMC- Programa Vilas de Milénio do Chibuto

UGC- União Geral das Cooperativas

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

WLSA - Women and Law in Southern Africa

WOLAR - Women's Land Rights

SARDCC- Southern African Research and Documentation Centre

WIDSAA - Women in Development Southern Africa Awareness

## **RESUMO**

O presente estudo aborda as relações de género no acesso à terra na comunidade rural Samora Machel, onde analisamos a dinâmica das relações de poder na Associação Agrícola Ex-mineiros (AEXMIN). A razão desta pesquisa reside pelo facto, os estudos anteriores sobre as relações de género e acesso a terra, evidenciarem o poder nos homens e as mulheres relegadas a um papel subalterna. Porém, estes estudos ignoraram a dinâmica de poder expresso em redes sociais onde as mulheres detêm o poder.

O estudo foi realizado no Bairro Comunal Samora Machel, distrito de Chibuto, província de Gaza, concretamente na AEXMIN num intervalo de cinco meses, a partir de Julho a Dezembro de 2011. Os dados foram colhidos e analisados tendo em conta a abordagem qualitativa. No que concerne as técnicas de recolha de dados privilegiou-se as entrevistas semi-estruturadas e conversas informais, aliada uma observação directa no terreno e ao registo das informações obtidas.

Os dados apontam que as mulheres são motivadas a adesão na AEXMIN com vista criar um poder da acção colectiva através de relações de parceria, de aliança e de reciprocidade para a defesa das suas terras contra o poder patriarcal e das pessoas endinheiradas; o acesso ao crédito agrário e o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Mais ainda os dados apontam que na AEXMIN emergem novas dinâmicas nas relações de poder que inclui o poder negociável, onde as mulheres negoceiam com os de membros masculinos sobre os recursos agrários; poder processual, as mulheres são adoptados de conhecimento sobre os seus direitos de uso e aproveitamento da terra. Por isso, o poder tradicional que se funda no hábito, no costume, na tradição patente no homem, elas através das habilidades associativas ganha possibilidade de resistir e negociar com os seus parceiros (homens).

Concluimos que a AEXMIN tem dupla função, a primeira mostra que as mulheres são agentes estratégicas onde algumas delas exercem o poder o que lhes permite melhorar as suas posições na família e na comunidade. A segunda é o meio pela qual reforça a solidariedade, a fraternidade, a reciprocidade e promovendo a visão de poder colectivo.

Palavras-chave: Relações de Poder, Acesso à Terra e Associações Agrária

<b>ÍNDICE</b>	<b>PÁGINA</b>
Declaração-----	i
Dedicatória-----	ii
Agradecimentos-----	iii
Glossário-----	iv
Abreviaturas-----	v
Resumo-----	vi
<b>I Capítulo</b>	
1.Introdução-----	1
1.1. Contextualização-----	1
1.2. Problemática-----	4
1.3. Justificação-----	6
<b>II Capítulo</b>	
2.1. Revisão de literatura-----	8
2.2. Teoria das relações sociais-----	11
2.3. Conceptualização-----	13
2.3.1. Estratégica-----	13
2.3.2. Poder-----	14
2.3.3. Género-----	15
<b>III Capítulo</b>	
3.1. Metodologia-----	18
3.2. Descrição da área de estudo-----	20
3.3. Perfil dos entrevistados-----	23

## **IV capítulo**

4.1. Contexto de surgimento das associações agrícolas no país-----	25
4.2. Historial do surgimento da AEXMIN da Comunidade rural Samora Machel-----	28
4.3. Organização e o funcionamento da AEXMIN-----	30
4.4. Motivação para adesão à AEXMIN-----	31
4.5. Relações sociais de poder entre homens e mulher na AEXMIN-----	36
4.6. Redes de solidariedades e/ou de entreaajuda como estratégia na construção do poder feminino na AEXMIN-----	39
4.6.1. Xitoko, xitique e mulher como sujeito político-----	39
4.6.2. Aspecto relacionado com a manutenção das relações de poder na AEXMIN -----	44

## **V capítulo**

5.1. Considerações finais-----	48
5.2. Referências bibliográficas-----	50

# **I CAPÍTULO**

## **1. Introdução**

### **1.1.Contextualização**

O presente trabalho analisa as dinâmicas das relações de poder na Associação Agrícola Ex-mineiros (AEXMIN). O estudo Antropológico da questão de género e acesso a terra em Moçambique evidencia duas perspectivas as quais determinam o acesso e uso deste recurso natural, nomeadamente: consuetudinária ou costumeira (Loforte 1996 e 1998) e processual ou convencional (Zonjo 1999; Loforte 2000), estas afirma que o poder está com os homens e colocam as mulheres numa situação subalternas ou submissas.

Autores como Loforte (1996); Vijfhuizen (1999); Negrão (2000); Waterhouse e Vijfhuizen (2001); Gusse (2010);) procuraram explicar o relacionamento entre homem e mulher no acesso a terra nos diversos contextos moçambicano, os quais demonstraram que o acesso a este recurso natural é uma questão de extrema importância principalmente para as mulheres pois são maiores produtoras e gestoras de alimento familiar e maior força de trabalho agrícola.

Waterhouse e Vijfhuizen (2001) sustentam que as mulheres constituem a maioria parte da força de trabalho agrícola principalmente na produção doméstica de alimentos, mas de acordo com este estudo, as mulheres estão relegadas a um papel subalterno no acesso, uso e controlo da terra. A ideia de Waterhouse e Vijfhuizen é sustentada com o estudo do Gusse (2010) que evidencia que Moçambique possui 20.252.223 habitantes (INE 2007), actualmente estima-se que a população ronda aos 21.350.008 habitantes, dos quais 70% da população é rural e 51,6% representa a população feminina e 48,4% representa a população masculina onde cerca de 70% da produção de alimento é feita pelas mulheres e 30% pelos homens.

Vijfhuizen (1999) sustenta que apesar de as mulheres constituírem maioria produtora e gestora de alimento, não têm, muitas vezes, um acesso directo e controlo sobre os recursos incluído a terra. Esta situação é pior para as mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas, pois o acesso a este recurso é condicionado à sua vinculação aos elementos masculino (pai, irmão mais velho, tio ou marido). A lei costumeira realça a posição do homem em matéria relativa à terra, em detrimento das mulheres, colocando o homem na posição controlador deste recurso (1999:9-10).

Actionaid (2009) refere que culturalmente as mulheres têm direito de uso da terra, mas observa que, de um modo geral, em Moçambique, este direito é lhes retirado em várias circunstâncias sobretudo nos casos de separação ou morte do marido. A mulher ainda não possui o direito de controlo da terra, responsabilidade que está a cargo do homem pelo facto de a cultura definir que o homem é quem toma a decisão relativa à terra. Actionaid (2010) reforça esta ideia indicando que apesar da existência do DUAT, as mulheres dificilmente têm o acesso e controlo da terra como resultado do direito Consuetudinário<sup>1</sup> que relega este poder ao homem. (2010:06). Ainda que as mulheres usam a terra, produzem, mas em termos de poder têm um controlo reduzido tanto dos produtos do seu trabalho, quanto dos próprios meios produtivos incluído a terra.

Entretanto, os estudos ora evidenciados indicam o acesso e uso das mulheres à terra mas esta facilidade está regulada com o vínculo que elas têm com indivíduo do sexo masculino. Este vínculo manifesta-se directamente em relações de poder onde as mulheres são submetidas a um plano inferior em relação aos homens.

As abordagens usadas para analisar o acesso à terra manam o poder nos homens, porém, ignoram o poder nas mulheres estabelecido em redes sociais onde é notório o poder feminino. Loforte (2000) frisa que o poder diversifica-se de acordo com as diferentes conjunturas económicas e sociais. Para esta autora, o poder contém em si os aspectos da cultura em que o sistema político se encontra inserido, bem como abrange as habilidades que os actores sociais protagonizam no mesmo sistema. No entanto, o poder nas mulheres é visível através da sua integração em redes sociais ligadas às associações.

As mulheres utilizam uma vasta série de redes sociais como estratégias para fazer face o poder do homem no acesso e controlo da terra. Esta posição é também defendida por trindade (2011) argumentando que existem estratégias que constituem iniciativas locais para fazer face subalternização no acesso e uso da terra. Nessas iniciativas destacam-se Kurhimela/xitoko: actividades relacionadas com o trabalho agrícola, baseada na amizade e convivência comunitária; Kuthekela: troca de mão-de-obra por alimento ou dinheiro; Matsoni/Xivunga: troca de mão-de-

---

<sup>1</sup>Para Negrão (1996) este direito é constituído por instrumentos institucionais que se expressam através de um conjunto de regras, normas e costumes que evoluem através do tempo e servem de instrumentos próprios para moldar os direitos e as obrigações da interacção das pessoas que os reconhecem.

obra por mão-de-obra<sup>2</sup> (2011:05). Algumas delas eram praticadas antes da independência e foram apropriadas pelas mulheres da comunidade rural Samora Machel e integradas num trabalho associativo como forma de fazer face a subalternização e o poder masculino no acesso a terra e outros recursos agrários.

O presente estudo procura analisar a dinâmica do poder na AEXMIN. Nesta associação, fundada em 1992 por 56 membros de sexo masculino, e a partir dos anos subsequentes, principalmente de 2006, ocorre maior adesão das mulheres que através das redes sociais, originam novos espaços de poder feminino. Para além disso, a própria comunidade o associativismo está ganhando espaço, no qual, a participação das mulheres é em número relativamente absoluto em relação dos homens.

Apesar da existência de literatura sobre as associações agrícolas, pouco ou quase inexistente são as abordagens feitas sobre as relações de poder entre homem/mulher ou entre mulheres<sup>3</sup> nas associações agrícolas onde as mulheres têm acesso aos recursos através das redes sociais. Como defende Trindade (2011) que as novas formas associativas e de geração de rendimento podem ser potencialmente emancipadores para as mulheres, permitindo-lhes o acesso, controlo e/ou partilhas de recursos, a melhoria de condições materiais, a criação de condições para a auto-sustentabilidade e também o acesso a cargos de direcção, fazendo emergir saberes, conhecimentos e práticas ausentes no modelo patriarcal<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Xitoko, Kuthekela, Matsoni são actividades agrícolas praticadas pelas mulheres em forma de entejuda que lhes permitem alargar as suas parcelas e mantê-las cultivadas, facultando: maior produtividade, acesso ao crédito agrário, abastecer o mercado. Por isso, estas actividades dão possibilidade para que as mulheres adquiram ganhos financeiro permitindo-lhes o acesso e controlo directo dos recursos incluído a terra, sem no entanto, depender-se do homem.

<sup>3</sup>É necessário Segundo Loforte (1996) tomar em conta que a questão de poder, autoridade e relações de género não se põem somente entre homens e mulheres, temos que tomar em conta as diversidades que emerge dos diferentes estágios do ciclo de vida das mulheres e que determinam o seu estatuto e poder (Loforte 1996,41). O campo feminino é também marcado por hierarquias bem claras entre mulheres nas associações e unidades residenciais.

<sup>4</sup>Estabelece o sexo como ponto de partida para atribuir a cada pessoa actividades, funções e poderes específico. A organização social está baseada num modelo de dominação cujo paradigma é o homem. Na divisão de trabalho, socialmente construída, dentro de modelo patriarcal, o poder é atribuído ao homem (Mejia 2000: 05).

A pertinência deste estudo reside no facto de procurar analisar o lado negligenciado<sup>5</sup> nas várias abordagens sobre as dinâmicas de poder nas associações que para além de constituir estratégias das mulheres para o controlo directo dos recursos, tem em vista fazer face o domínio masculino.

## **1.2. Problemática**

A questão do acesso a terra na perspectiva das relações de género, remetem-nos a existência da subalternização nas mulheres expressa por meio das relações de poder entre elas e os homens, isto é, o ser mulher ou homem determina a distribuição dos ativos ao nível da família, comunidade, principalmente no Sul de Moçambique. Perante esta situação, as mulheres procuram adoptar alianças estratégicas para fazer face o poder dos homens expresso por meio da cultura e processual submetida por modelo patriarcado (Actionaid 2009, 2010; Loforte 2000; WLSA 1998).

Todavia, a problematização do acesso à terra com base nas relações de género em Moçambique evidencia dois sistemas: o consuetudinário (costumeira/tradicional) e o processual (acesso por via da lei nacional). No primeiro sistema demonstra um acesso a terra desigual baseado nos aspectos culturais. No contexto do patriarcado, onde o poder masculino é dominante, as mulheres têm o acesso indirecto (o acesso da mulher é condicionado com a sua ligação com homem).

Estudos desenvolvidos por Meena (1992); Negrão (1996); Negrão (2000); Actionaid (2010) demonstraram a subalternização das mulheres no acesso e controlo da terra baseada nos aspectos consuetudinários. Negrão num estudo sobre o acesso e uso da terra em Matutuine referiu que o acesso consuetudinário caracteriza-se por ser um sistema baseado em princípios locais, onde o acesso, uso e controlo da terra pelos indivíduos, foi regulado pelas suas próprias tradições costumeiras que variam de um lugar para o outro com o tempo (1996:16).

No segundo sistema (processual/normativo), os estudos indicam que as políticas do governo de Moçambique, apesar de garantir a igualdade de direito perante a lei entre homem/mulher no DUAT, mas na prática favorece, uma vez mais, aos homens e deixando as mulheres numa situação subalterna. Loforte (2000) demonstra que a Política Estatal ao priorizar a dimensão dos

---

<sup>5</sup>A dinâmica das relações de poder entre homens e mulheres nas associações agrícola.

terrenos<sup>6</sup> e dos níveis de produção, apenas os homens têm capacidades de acesso a terra, novas tecnologias, ao treino e ao capital porque estes desenvolvem actividades remuneradas (assalariadas) e, as mulheres, confinadas na produção doméstica, continuam economicamente dependentes dos seus esposos e aos salários. Mesmo a lei da terra, na óptica da Loforte, não encontra eco nestas condições, onde mantêm as mulheres numa situação subalterna.

Actionaid (2009) em concordância com estudo da Loforte (2000) demonstra que apesar da existência destes instrumentos legais<sup>7</sup> importa referir que a questão de uso e controlo da terra pelas mulheres está associada à posição que os homens e as mulheres ocupam na família principalmente nas discrepâncias das relações de género. WLSA (1998); Loforte (2000); Carvalho e Rocha (2004), sustentam que perante a subalternização (através do direito consuetudinário e processual) as mulheres procuram formas para reverter a situação desfavorável, adoptam estratégias mobilizando os vizinhos e amigos para actividades colectivas num processo de reciprocidade e entreaajuda que culmina com criação de associações.

O estudo da Loforte (2000) e da Actionaid (2010) procura demonstrar que as subalternizações nas mulheres submetidas pelo modelo patriarcal, elas optam em formar movimento associativo com vista a manterem os seus direitos sobre a terra. O simples facto de as mulheres desenvolverem tarefas fora do lar, por exemplo no sector informal, exige que adoptam estratégias e se invista de autoridade, influência e de poder para satisfação dos seus interesses.

Perante a teorização acima emerge a preocupação deste estudo em demonstrar, por um lado, que as mulheres não são agentes passivos da dominação masculina, por isso, adoptam estratégias criam e organizam-se em associações; e por outro lado, demonstrar também que nestas associações agrícolas, as mulheres desenvolvem redes e alianças de entreaajuda entre membros associados e entre associações factor de sucesso e de alcance de poder.

---

<sup>6</sup> Para a concessão do crédito agrário por parte de governo e a garantia do DUAT a dimensão das machambas e maior produtividade é primordial para a materialização destes dois direitos, os quais, em inúmeras vezes os homens têm sido privilegiados por aliar o trabalho agrícola e o assalariado. As mulheres confinadas na produção doméstica encontram-se numa situação fragilizadas daí a dependência de seus maridos ou do homem

<sup>7</sup>Constituição da República, artigos 35, 36 e 120: todos cidadãos são iguais perante a lei e define igualdade de género no qual homens e mulheres são iguais perante a lei. Lei da terra 19/97, no 3º capítulo sobre DUAT, artigo 10, prescreve que pode ser sujeito o DUAT, pessoas nacionais e singulares, homens e mulheres, bem como as comunidades locais. Lei da Família que estabelece a igualdade de género perante a lei (Actionaid 2009: 12).

O que nos interessa no estudo das relações de género no acesso à terra é analisar a dinâmica do poder na AEXMIN num espaço predominantemente regulado pelo sistema de acesso consuetudinário. Todavia, a questão que procuramos responder é: como se manifesta a dinâmica do poder na AEXMIN? Em função do presente questionamento, importa perceber se as relações de poder nesta associação agrícola observam a ideologia patriarcal ou as mulheres exercem poder que lhes permite diferentes formas de acção não valorizada pelo modelo existente. Aliada a questão acima procuramos também descrever o processo do surgimento das associações no país e o surgimento da AEXMIN; bem como, identificar e explicar as relações de poder entre homens e mulheres na AEXMIN sem perder de vista os aspectos socioculturais da comunidade rural Samora Machel.

### **1.3. Justificação**

A razão da escolha deste tema de pesquisa reside nos seguintes factores: o primeiro trata a questão de acesso a terra em Moçambique baseando nas relações de género como abordagem de análise, a qual constata um acesso desigual entre homem e mulher e determina a distribuição dos activos produtivos ao nível da família, da comunidade e do país.

O segundo demonstrar, com base na teoria das relações sociais, que a mulher não é um agente passivo desta subalternização, adopta estratégias possibilitando-lhe reverter a sua situação face ao acesso a terra. Uma destas estratégias é o seu envolvimento nas associações agrícolas onde cria formas de geração de rendimento por meio de grupos de produção, onde se sente fortalecida e começa produzir seus processos da reacção à submissão; assim, cria e recria as formas de reivindicar e de estabelecer relações de poder. Entretanto, no local de estudo, concretamente na comunidade Samora Machel, no âmbito da pesquisa exploratória, constatamos a existência de um número expressivo das associações de camponeses constituídas maioritariamente por mulheres.

O terceiro, este processo associativo agrícola foi discutido por alguns autores como Loforte (2000); Actionaid (2009, 2010), estes analisaram o funcionamento das associações como meio estratégico e como meio para a defesa dos interesses dos seus membros no acesso à terra. Porém, há ausência, nestes estudos análise das dinâmicas nas relações de poder em associações

agrícolas<sup>8</sup> para entender o papel e o espaço da mulher associada. O conhecimento sobre as dinâmicas nas relações de poder, apresenta-se como um importante contributo para uma nova visão nas relações de poder entre homem e mulher no capítulo do acesso, uso e controlo da terra.

Entendemos que na associação é um espaço onde encontramos interacção homem/mulher que articulam as suas relações por meio de resistências, negociações, contestações, e de luta de acordo com interesses em jogo, espaço esse que as mulheres adoptam mecanismo à defesa dos seus interesses. Estes factores são preponderantes para analisar a dinâmica de poder na AEXMIN cujo objectivo visa perceber o papel das associações agrícolas na mudança socioeconómico que impulsiona as mutações nas relações de poder entre os (as) associados (as).

O estudo das dinâmicas do poder nas associações agrícola e da sua relação com problemático do acesso à terra, torna-se duplamente pertinente na medida em que, por um lado, há poucos estudos sobre a dinâmica das relações de poder nas associações agrícola no campo da antropologia em Moçambique. As associações são abordadas no campo de desenvolvimento e como estratégias para o acesso à terra; e por outro lado, torna-se pertinente o estudo desta temática pelo facto de o seu conhecimento poder facilitar a compreensão da manifestação de poder entre homens e mulheres no acesso e controlo da terra e é mais uma tentativa de contribuir para o debate corrente sobre as formas institucionais da organização social.

No que se refere a estrutura do trabalho, divide-se em cinco capítulos, sendo o primeiro trata-se da introdução: contextualização do estudo, problema e a justificação. O segundo é a revisão de literatura, definição de conceitos e a teoria de análise. O terceiro é a metodologia: método de análise e as respectivas técnicas de recolha de dados; inclui também a descrição da área de estudo e o perfil dos entrevistados. O quarto é a análise e interpretação dos dados: contexto do surgimento das associações agrícolas no país e da AEXMIN; Organização e funcionamento da AEXMIN; as motivações para adesão à AEXMIN; a visão do poder da acção colectiva na AEXMIN; as redes de solidariedades e/ou de entajuda como estratégia na construção de poder feminino na AEXMIN. No último capítulo tecemos as considerações finais e as referências bibliográficas.

---

<sup>8</sup>Por análise das relações de poder nas associações é procurar entender como é que o poder na AEXMIN se manifesta nas relações sociais entre homens/mulheres e entre mulheres, sem no entanto, perder de vista as várias estratégias desenvolvidas pelos (as) associados (as).

## II Capítulo

### 2.1 Revisão de literatura

A revisão de literatura, indica duas abordagens sobre as relações de género no acesso à terra. A primeira usa o género como perspectiva de análise no contexto de acesso à terra a qual evidencia o poder do homem (acesso, uso e controlo da terra em moldes individuais). A segunda debruça-se sobre a estratégia da organização associativa que as mulheres usam como mecanismo para aceder os recursos agrários incluindo a terra onde há visibilidade do poder da mulher (acesso, uso e controlo da terra de forma colectiva ou em associações).

Na primeira, encontramos autores como Mejia (2000) que advoga que na teoria de género, as relações de género subscrevem-se como relações entre homens e mulheres construídas socialmente e, como tal, possível de mudança e contestação. Baseada nestas relações circunscreve-se as relações de poder criando possibilidades desiguais em homens e mulheres no acesso e controlo dos benefícios agrários. No que diz respeito a divisão de trabalho em função de género, esta autora defende o seguinte:

*“O modelo patriarcal, estabelece o sexo como ponto de partida para a distribuir a cada pessoa actividades, funções, relações e poder específicos na divisão de trabalho, socialmente construído, dentro de modelo patriarcal, o poder é atribuído ao homem a partir do reconhecimento social das funções por ele exercidas” (2000: 05).*

De acordo com Osório *et al* (1998) as relações de género ganham toda a sua dimensão no sexo construído socialmente pela divisão de trabalho, isto é, a divisão do trabalho deve ser visto como resultado da própria organização social. Portanto, a família como primeiro agente da socialização e sujeita a um modo de acção que define para cada membro regras de conduta, dependentes do sexo, espera-se comportamentos e tarefas diferenciados (as) de acordo com o papel social de cada um.

As contribuições de Mejia (2000) e Andrade *et al* (1998) demonstram o uso de género como abordagem de análise dos fenómenos do acesso à terra, a qual, intervém, relações socialmente construídas entre homem e mulher onde estão patentes as relações de poder que legitimam e

orientam o acesso à terra. Isto é, estas relações sociais, distribuem ou orientam as tarefas no meio familiar e o papel do homem e mulher no meio social.

A questão do acesso à terra em alguns contextos Moçambicano é influenciada pelas práticas e experiências locais (culturas), tais práticas espelham as relações de género e poder. Neste caso, alguns analistas tais como Loforte (1996, 2000); Waterhouse e Vijfhuizen (2001); Negrão (2004), debruçam-se sobre o acesso à terra em Moçambique onde demonstraram que os homens detêm o poder sobre os recursos mesmo reconhecendo que as mulheres são maioritárias. Waterhouse e Vijfhuizen (2001) identificam três formas de acesso a terra determinadas pelas leis locais e nacionais, nomeadamente, herança, casamento e mercado. Negrão aponta quatro formas: locação por direito do Estado; no âmbito costumeiro, ocupação individual ou colectivo e por via mercado. Para Zonjo (1999) identifica duas formas de acesso a terra: costumeira e convencional. Loforte (2000) aponta o acesso por via processual.

Por sua vez Meena (1992) focaliza o seu estudo de acesso à terra em Moçambique na perspectiva de género, a autora demonstra que, apesar de as mulheres constituírem a maioria produtora alimentar, elas não têm direito de recursos, incluindo a terra. Na sua óptica, a falta de acesso aos recursos, incluindo a terra, aliado às dificuldades na obtenção de crédito e de considerar o homem cabeça do agregado familiar em detrimento da mulher, são alguns constrangimentos que apontam como estando na origem para as mulheres acederem a terra.

A obra de SARDC-WIDSAA (2001) reconhece que as mulheres são as principais produtoras agrícolas em Moçambique, mas mesmo assim, elas são excluídas no controlo da terra e outros recursos. Encara o homem como superior e a mulher como tendo um papel inferior a desempenhar, cujo acesso à terra, criação de animais, acesso a crédito é limitada, constituído barreira para a igualdade de participação da mulher.

Portanto, o acesso, posse e controlo da terra em abordagem de género atribuem direitos e tarefas diferentes entre homens e mulheres. Isto é, dentro do sistema costumeiro, as regras e normas que guiam o acesso, uso e controlo sobre a terra são associadas ao estatuto da pessoa como membro de grupo social. As atitudes sociais e culturais continuam ainda a empurrar os homens na dianteira e limitar o acesso das mulheres à maioria das instituições pública e privadas.

No acesso à terra com base das leis nacionais (normativas) há persistência da dependência das mulheres porque as políticas do Estado dá privilégio a dimensão dos terrenos e os níveis de produção, por isso, como as mulheres ocupam terras com níveis de fertilidade muito baixo e estando esgotadas devido ao cultivo intensivo, sem pousio ou uso de fertilizantes aliado com fraca capacidade física e financeira, estas não tem tido o direito destes recursos (Loforte 2000: 164). Esta autora defende ainda o seguinte:

*“As políticas do Estado ao permitir estas normas impendem o acesso destas mulheres às novas tecnologias, ao treino e ao capital que poderia ser investido no melhoramento da capacidade produtiva das terras. Encontrando-se numa situação precária em relação ao acesso aos recursos, sobrevivem graças ao apoio financeiro de parente, igreja e vizinhos” (2000:164-165).*

Em concordância com Loforte (2000), Carvalho e Rocha (2004) demonstram que a desigualdade de género na posse da terra seja devido à preferência masculina na herança e no casamento, preconceito masculino em programas Estatais da distribuição da terra e à desigualdade entre género no mercado das terras, onde a mulheres tem menos possibilidades de ser compradoras do que o homem. Zonjo (1999) o acesso à terra é também caracterizado pelas transacções monetárias e pelo registo das propriedades da terra.

Nesta perspectiva, as políticas de Estado, mesmo conferindo igualdade no acesso à terra, na prática nota-se discrepância. As mulheres confinadas na produção doméstica dependem financeiramente dos seus maridos, porém, na política de mercado da terra deparam também com insuficiência de valores para usufruir deste direito. A atribuição de terra assim como de crédito agrário, dá maior privilégio aos homens tendo em conta a dimensão de terreno que é maior em relação das mulheres.

A segunda perspectiva sobre o acesso a terra demonstra a formação de movimentos associativos, que perante a subalternização imposta pelas práticas locais e normas Estaduais, isto é, de género e legislativas, as mulheres desenvolvem estratégias que lhes permitem o acesso directo da terra sem dependerem do homem e possibilitando a visibilidade de poder por meio de redes de alianças.

Loforte (2000) demonstra a existência de um grande movimento associativismo expresso na existência de muitas cooperativas que facilitam as mulheres – chefes de unidades domésticas que encontra nas associações um meio para usufruírem da terra sem depender dos parentes agnósticos do marido. Algumas dessas mulheres aderem a este movimento associativo porque procuram aliar a produção familiar à cooperativa, para além do trabalho assalariado dos homens (2000:168).

Actionaid (2009) em concordância com Loforte (2000) no estudo feito no distrito de Marracuene e Manhica, constatou que o associativismo habilita maior acesso à terra nas mulheres por mecanismo directo na qualidade de membro associativo. Nessa perspectiva, permite-lhes uma porção da terra comum da sua associação e uma machamba para produção individual, privilégios na tomada de decisão e apoio financeiro (2009:25).

Entende-se através destas abordagens que as associações tornaram-se também lugar de afirmação das mulheres e onde elas encontram espaço como produtoras e como dirigentes porque a sua participação as transformam em sujeito e cidadã contribuindo para a ruptura da ideologia e práticas discriminatórias, ajudando a aproximar a relação entre homens e mulheres equacionar relações solidárias de género, colocar em iguais condições no acesso a terra. Portanto, as mulheres associadas exercem estratégias que lhes permite o acesso a terra e outros recursos agrários.

A constatação da existência de associativismo agrícola onde a mulher usa como uma das estratégias para aceder a terra e poder, serve de subsídio para uma reflexão antropológica. Contudo, procuraremos neste trabalho, analisar a dinâmica de poder nas associações numa abordagem de relações sociais para entender a dinâmica de poder nas associações agrícolas e actualizar o debate acerca de acesso à terra numa perspectiva de género.

## **2.2 Teoria das relações sociais**

No sentido marxista, uma relação social indica uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagónicos. Deste modo, as relações sociais que os homens estabelecem entre si, e

que constituem a sua existência social, decorrem das forças produtivas, dos modos e meios de produção. Nesta perspectiva, as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas.

A abordagem marxista demonstra que os homens se relacionam uns aos outros dependendo das forças de produção, os indivíduos mudam o seu modo de produção e ao mudar os meios de produção, a maneira de ganhar a vida, altera todas as suas relações sociais. Isto é, as relações de produção consideradas na sua totalidade, constituem aquilo que se chamam relações sociais.

Na óptica de Lakatos e Marconi (1999) demonstra que Ferdinand Tonnies empreende a análise dos fundamentos psíquicos das relações sociais, estas relações são para Tonnies, relações entre vontade humana, conjunto de mecanismo que motivam e orientam a conduta dos indivíduos em relação uns com os outros. Considera ainda que as relações sociais são criadas pela vontade do homem (1999:50).

Para o presente trabalho tomamos como abordagem de análise a teoria das relações sociais formulada por Marx pois permite perceber as relações sociais construídas no âmbito das relações de produção. Mas pela sua incapacidade de explicar o conjunto das relações sociais ao reduzir o mundo social unicamente no campo económico, ignorando com isso as posições ocupadas nos diferentes campos e sob campos, sobretudo nas relações de poder cultural (Bourdieu 1989), usamos em simultâneo a teoria das relações sociais formulada por Tonnies<sup>9</sup>. Esta teoria apresenta vantagem, para o presente estudo, na medida em que permite explicar a totalidade das relações dos indivíduos na AEXMIN principalmente nas relações de poder cultural.

De acordo com a abordagem das relações sociais, as associações são grupos baseados na vontade livre das pessoas que os integram, ou formam uma associação deliberada para a consecução de determinados fins. Os membros pertencem à associação em virtude de uma decisão voluntária, por estarem de acordo com os seus fins; os contactos entre indivíduos estabelecem-se na base dos interesses individuais (Lakatos e Marconi 1999:51). Neste contexto, interessa-nos analisar com base desta abordagem as relações de poder nos sócios da AEXMIN.

---

<sup>9</sup> Esta teoria correlaciona-se com o acesso a terra entre os homens e as mulheres porque permite perceber as relações que se estabelece entre homem/mulher no acesso a terra. Permite também perceber os mecanismos que orienta e motiva a conduta dos indivíduos com os outros na AEXMIN. E, por outro lado, perceber as relações de poder cultural que legitima quem tem poder dos recursos.

## **2.3. Conceptualização**

### **2.3.1. Estratégica**

A literatura consultada constata que o conceito estratégia vem de grego "Stratégia" que significa a arte ou ciência de ser um general. Os generais gregos tinham que decidir as linhas correctas, decidir quando lutar e quando não lutar, como também, as formas de administrar as relações do exército com os cidadãos (Stoner e Freeman 1999:143)

Para Cruz e Silva (2000: 15) estratégias são as diferentes formas, práticas e actividades realizadas por homem e mulheres com vista a gerar ou obter recursos materiais ligados as pessoas que constituem o grupo doméstico que o seu esforço contribui para a sobrevivência, como também para o êxito da mesma.

Desta maneira pode-se constatar que estratégia significa tomar medidas para garantir que o grupo doméstico esteja preparado para enfrentar as mudanças que ocorreram no seu meio, tirando partido das oportunidades que lhe aparecem.

Já na óptica de Bourdieu (1990) define estratégia como sendo acções concebidas na participação no jogo sendo o bom jogador é aquele que adquiriu o sentido do jogo, que faz o tudo o que deve ser feito o que o jogo demanda e exige (1990:81). Para o mesmo autor, considera campo como sendo um lugar de lutas mais ou menos declarada pela definição de princípios legítimos de divisão do campo, a força simbólica das partes envolvidas nesta luta nunca é completamente independente da sua posição no jogo (1989:150).

O conceito de Bourdieu considera-se extremamente importante para o presente trabalho porque refere a um sentido prático que se joga nos diferentes campos sociais em torno de oposição/manutenção das espécies específicos de cada jogo. Deste modo, trazemos este conceito para perceber que as mulheres desenvolvem diferentes estratégias, mobilizando e enfrentando ou modificando as condições materiais e imateriais disponíveis e criar uma situação de vida própria, característica de um dado momento, influenciado consequentemente para a configuração de novas realidades ou novas situações agrárias.

### 2.3.2 Poder

As relações de gênero são relações de poder e o conceito de poder varia no tempo e em função da corrente de pensamento abordado pelos diferentes autores. A definição dada por analistas marxistas define poder a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses e objetivos específicos. Para Weber (1967) o poder está ligado a possibilidade da imposição da própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra a vontade de quem se submete. Essa imposição se torna dominação na medida em que é legitimada no tipo de relações sociais que se estabelecem. Deste modo, o autor distingue três tipos de dominação:

1. Tradicional que se funda na aceitação do poder de um indivíduo com base na tradição, no hábito e no costume, frequentemente nas sociedades patriarcais. Neste tipo de dominação, as relações sociais são reguladas pela tradição, pelo privilégio, e pelas relações de fidelidades, pela honra e pela vontade.
2. Carismático onde a dominação assenta-se no carisma, na influência e na personalidade de quem detêm o poder. A figura da decisão é quase sagrada e o seu poder encontra-se legitimada na crença que a maioria deposita nas suas qualidades heróicas.
3. Legal ou racional, as relações sociais é regulada por leis, regras e uma hierarquia que estabelece as competências e atribuições de cada um numa estrutura burocrática de relações.

Na perspectiva de Foucault (1996) o poder é algo que exerce em rede, não existe uma entidade que centraliza o poder. O poder se exerce tanto ao nível macro quanto ao nível micro. Adoptamos neste trabalho poder como algo instável e como não sendo uma instituição e nem uma estrutura em que uns têm o uso privilegiado do mesmo e outros não têm. Poder é algo fluido e dinâmico que está em toda parte, uma vez que é o nome dado a uma estratégia complexa de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e as constitutivas da sua organização.

Analisar o poder de ponto de vista das diferentes formas de resistência é identificar as várias maneiras de afrontamento de estratégias. As relações de afrontamento de estratégias são a possibilidade de um indivíduo agir sobre as acções dos outros, ditando o seu comportamento. Todavia, estas relações de conflitos verificam-se dentro das interacções sociais.

A conceptualização de Weber (1967) é adoptada neste trabalho de forma complementar com vista a perceber como o contexto, no caso a AEXMIN determina o processo de exercício de poder. É precisamente nestas formas de poder evidenciado por Weber (tradicional, racional/legal e carismático) que vamos procurar perceber a dinâmica de poder em homens e mulheres associados. Socialmente os papéis destes são desiguais e a sociedade orienta-se para a dominação de homens ao nível da esfera pública. Diante disto, procuráramos perceber como é que as mulheres alcançam ou exercem poder num contexto da dominação masculino.

#### **2.3.4. Género**

As preocupações teóricas relativas ao género só apareceram em final do século XX, elas são ausentes em muitas partes das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. Algumas destas teorias constituíram a sua lógica sob analogia com oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma questão feminina, outras ainda preocuparam-se com a formação de identidade sexual subjectiva, mas o género como meio de falar de sistemas de relação social ou entre os sexos não tinha aparecido (Scott 1989:13).

A emergência de género no sistema de análise social é sustentada em abordagens usadas pelas maiorias dos (as) historiadores (as) as quais divide-se em duas categorias. A primeira é descritiva, isto é, ela se refere a existência de fenómenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade (Ibid. 6). No seu uso descritivo o género é portanto um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. Compreende-se que género é um campo de pesquisa mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (mudar) os paradigmas históricos existentes.

A segunda é a ordem causal onde o género elabora teorias sobre a natureza dos fenómenos e da realidade, buscando entender como e porque aqueles tornam as formas que eles têm. No seu uso causal está resumido em três posições teóricas (Scott 1989: 9-12):

- a) Inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. Concentra-se na subordinação das mulheres e encontra a explicação na necessidade do macho dominar as mulheres e de transcender a sua privação dos meios de produção de espécie. Enquanto algumas olhavam para a reprodução como a chave do patriarcado, para outras a resposta se encontrava na sexualidade.
- b) Situa na tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. As feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica. Mas o facto que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação material para o género limitou ou pelo menos atrasou o desenvolvimento de novas direcções de análise.
- c) Dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americano das relações de objectos, inspira-se nas novas escolas de psicanálise para explicar a reprodução da identidade de género do sujeito. As duas escolas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito, por isso, elas centram nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objecto.

Para Casimiro e Andrade (1992:100) os estudiosos da língua Inglesa e Francesa introduziram a categoria de género: relações sociais entre homens e mulheres considerando-a fundamentalmente para análise de uma sociedade que não podem apenas ser reduzida a relações sociais. Mas para Casimiro (1995) género é como um complexo cultural e histórico, determinado consistentemente em relações sociais, instituições sociais, política assim como concepções do mundo que definem a identidade dos indivíduos.

Género é para Scott (1989) um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primeira de significar as relações de poder, o género está incluído na concepção e na construção do próprio poder, isto é, o controlo diferenciado sobre o acesso a recursos. Este poder manifesta-se em três dimensões: simbólico – há símbolo que produzem a diferenciação do género e levam a diferenciação de poder. A segunda dimensão é subjectiva onde as questões de raça, classe e etnia, articulam com questões de género. A última

trata-se da organizacional que privilegia certas áreas para homens porque julgam que as mulheres não têm capacidades.

Porém, as relações de género não se manifesta da mesma maneira em todas sociedades como refere Balate (2001), as relações de género são específicas a um contexto e elas variam ao longo do tempo e entre grupos diferentes de pessoas (2001:12.). As posições ocupadas na sociedade pelas mulheres e pelos homens não são apenas diferentes, mas como também desiguais. O género é, assim, considerado um elemento que condiciona a posição social dos indivíduos, tais como a classe, os rendimentos económicos, a profissão, o nível da escolaridade.

No presente trabalho vamos alicerçar a definição de Casimiro (1995) uma vez que foca as questões das organizações ao afirmar que o género é um complexo cultural e histórico, determinado consistentemente em relações sociais, como concepções que definem a identidade básica dos indivíduos. E de Socott (1986) evidenciada pelas duas escolas pois estas se interessam pelos processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito, e elas concentram também nas etapas do desenvolvimento dos indivíduos.

### **III Capítulo**

#### **3.1 Metodologia**

O trabalho foi elaborado em dois momentos: o primeiro compreende o período de Maio a Junho de 2011 que consistiu na revisão de literatura. O segundo momento, de Julho a Dezembro do mesmo ano, onde se realizou a recolha de dados (trabalho de campo) na província de Gaza, distrito de Chibuto, bairro Samora Machel, concretamente na AEXMIN.

A metodologia adoptada tem um carácter do tipo analítico – qualitativo. Sendo que o método qualitativo assenta no pressuposto de que para se compreender os fenómenos sociais é necessário entender os significados que as pessoas atribuem às suas acções sociais que estabelecem entre si ou com os outros membros que interagem no quotidiano (Trivino 1987). Esta metodologia aprofunda-se no mundo de significados das acções e relações humanas. Assim, os dados foram colhidos e analisados tendo em conta esta abordagem.

No que concerne as técnicas de recolha de dados, privilegiou-se a observação não-participante e a entrevista semi-estruturada. Para (Marconi e Lakarto 2007) As entrevistas semi-estruturadas conferem ao pesquisador a liberdade de desenvolver a entrevista por meio de conversa em qualquer direcção considerada adequada. Sendo esta técnica útil ao pesquisador pois permite explorar mais amplamente uma questão, através das perguntas, podendo ser respondidas dentro das conversas informais. Já para Burgess (2006) Este tipo de entrevista permite ao investigador obter pormenores de situações sociais que ele não presenciou.

Mas de acordo com Quivy e Campenhoudt (1995) existem uma diferença substancial entre a observação participante e a observação não participante. Na medida em que a primeira consiste em estudar uma comunidade durante um longo período, participando na vida colectiva; e o segundo o investigador não participa na vida do grupo, que, portanto, observa do “exterior” (1995:197-198).

A técnica de observação directa foi aplicada em três lugares diferentes: o primeiro na sede da AEXMIN no âmbito da reunião (três reuniões em datas diferentes) dos membros (antes, durante e após). Foi importante na medida em que nos permitiu a observar os membros envolvidos na preparação de espaço para a realização da reunião; discursos e intervenções; membros influentes

principalmente na tomada das decisões; tarefas desempenhadas pelos associados e sem perder de vista os aspectos de género.

O segundo momento foi nas machambas<sup>10</sup> em plena actividade agrícola onde observamos o material usado, divisão de grupo de trabalho, pessoas influentes, chefes dos grupos de trabalho, produtos da machamba, tempo de trabalho, dimensão das machambas (em hectare) e as actividades em redes de entreajuda principalmente nas machambas individuais.

O último em actividades da limpeza da vala de drenagem onde interessou nos aspectos da divisão das tarefas e dos instrumentos de trabalho. Porém, estas observações ocorreram nas machambas localizadas na zona alta<sup>11</sup> e baixa<sup>12</sup>.

A técnica de observação foi intercalada com as entrevistas<sup>13</sup>, estas foram conduzidas em língua portuguesa e changana (língua local). Como forma de criar a proximidade com os nossos entrevistados, optamos no primeiro contacto informar ao entrevistado a razão do nosso estudo, daí conquistamos a simpatia e a abertura por partes destes. Na medida que se observa os actores sociais em actividades agrárias, na limpeza das valas de drenagens, assim como durante a realização da reunião na sede da associação, pedíamos outros entrevistados para nos esclarecer algumas inquietações que surgiam. Outras entrevistas foram realizadas a pedido antecipado, principalmente aos entrevistados escolhidos de acordo com o perfil exigido no presente trabalho.

Foram ouvidos vinte informantes, dos quais dez são mulheres (solteiras) chefe de agregado familiar onde procuramos perceber as relações homem e mulher na associação e no trabalho associado. Cinco mulheres casadas nas quais procuramos perceber as relações de poder na

---

<sup>10</sup>Machambas associadas de pertença colectiva e outras da produção individual mas registada em nome da associação.

<sup>11</sup>Zona alta é o lugar onde durante o período de inverno a terra está seca e impróprio à prática da agricultura cabendo efectuar-la no período (tempo) chuvoso.

<sup>12</sup>Zona baixa é onde as disposições de relevo são propensas de inundações próprias à prática de agricultura no período seco, e geralmente localizadas nas margens do rio, concretamente do Rio Limpopo.

<sup>13</sup> Em cada palavra – chave: relações de poder; acesso a terra e associações agrárias, dispúnhamos de um tópico que (registado no diário de campo) serviu como pergunta de partida e através da qual foi elaboradas perguntas subsequentes

associação e na família, isto é, perceber o impacto, não só na vida do membro, mas também na família (dinâmica de poder). Três mulheres membros do conselho directivo, vice-presidente, chefe da produção e vogal onde procuramos perceber como é que os homens encaram a chefia feminina. Dois homens membros do conselho directivo, presidente e secretário, procuramos perceber a organização, processo do surgimento da associação, hierarquia, divisão de actividade. Com o presidente do bairro que procuramos saber o surgimento do bairro, relação bairro e associação, E finalmente com o responsável da administração do distrito de Chibuto onde obtemos informações relativo ao surgimento da associação e o número destes existentes no bairro.

A escolha dos nossos informantes não foi aleatória, seguiu dois critérios: o primeiro trata-se de ser o presidente do bairro; responsável da estrutura administrativa do distrito; presidente e secretário do conselho directivo da AEXMIN como direcção executiva. O segundo baseou-se da indicação feita pelo secretário da associação, o qual permitiu-nos a seleccionar quinze mulheres<sup>14</sup> das quais dez são chefe de agregado familiar e cinco mulheres casadas; três mulheres membros do conselho directivo, vogal e chefe de produção. Os dados recolhidos foram registados e enquadrados em tópicos, com vista permitir a identificação das tendências dos dados, suas limitações e seu alcance.

### **3.2. Descrição da área de estudo**

A comunidade rural Samora Machel situa-se nos arredores do distrito de Chibuto, província de Gaza e fica aproximadamente a 10km da distância do centro da vila do distrito. De acordo com o presidente do bairro, esta desenvolveu-se em 1977 com as grandes cheias ocorridas nesse mesmo ano, quando o governo transferiu todas famílias que viviam na baixa do Rio Limpopo (em Maniquinique) para uma zona mais elevada. O Estado manteve o controlo aproveitando a oportunidade criada por esta catástrofe para reassentar as famílias camponesas em aldeias comunais e em zona de agricultura de sequeiro.

---

<sup>14</sup> Outro critério usado para seleccioná-las é por ser as mais antigas na AEXMIN.

O bairro está sob tutela de um presidente sendo auxiliado por quatro secretários das respectivas unidades “A”, “B”, “C” e “D”. Abarca uma vasta zona de Limpopo e é delimitado, a Oeste pelo bairro 25 de Junho; a Este pelo bairro Chimundo; Sul pelo bairro Muwamuze e a Norte pela vila municipal de Chibuto.

Ainda de acordo com o presidente, no período que antecede a independência nacional, o bairro era denominado "Aldeia Comunal Samora Machel" porém, a partir da elevação da vila de Chibuto a categoria/estatuto de Conselho Municipal em 1998, esta zona foi transformada num bairro com a denominação “Bairro Comunal Samora Machel”.

De acordo com a informação do perfil distrital elaborado pelo MAE<sup>15</sup> (2005) o clima do bairro é caracterizado geralmente por precipitação fraca e irregular aumentando gradualmente perto da costa. Com uma amplitude média anual de 400 a 600mm, considerando a influência das correntes marinhas na zona costeira. O Rio Limpopo é extremamente importante e assegura que uma grande parte da terra de Chibuto incluindo o local deste estudo é boa para a prática de agricultura e para a criação de gado. O bairro tem também um bom potencial agrário e uma zona de floresta com espécies economicamente valiosas.

Segundo o INE (2007) a população total do distrito de Chibuto é de 84.778, dos quais 27.038 são homens e 57.740 são mulheres. Porém, o bairro Samora Machel constitui um dos mais populosos do distrito com 13.234 habitantes e aproximadamente 3000 famílias e uma área de 90km<sup>2</sup>.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Chibuto (PEDDC 2008) existe no bairro 4 escolas do ensino primário (de 1<sup>a</sup> a 7<sup>a</sup> classe), ambas da pertença governamental, uma em cada unidade, onde as localizadas nas unidades "C" e "D" foram construídas em blocos e cobertos de chapas de zinco. Possui ainda uma escola privada denominada: Escolinha José das Irmãs da Nossa Senhora da Ampara. Com a exceção das escolas da unidade "C" e "D", as outras "A" e "B" têm salas de aulas construídas em materiais locais, tais como, estacas, caniço e cobertas de capim, havendo algumas aulas leccionadas ao ar livre, isto é, fora de sala de aula. Porém, cada escola está equipada por latrina para os dois sexos (masculino e feminino) e construída em blocos e cimento. Há um posto de saúde de primeiros socorros localizado dentro da comunidade.

---

<sup>15</sup> República de Moçambique – Ministério de Administração Estatal

Segundo informações recebidas por responsável da administração de Chibuto, As famílias do bairro obtêm mais de 80% do seu rendimento proveniente da produção agrícola. Algumas desenvolvem pequenos negócios em bancas, tais como: a compra e venda de alimentos processados (arroz, açúcar, farinha de milho, óleo alimentar e bebida), venda de excedentes da colheita, venda de animais e corte e venda de palha.

O desenvolvimento da actividade de criação de gado (pecuária) no bairro é uma forma de gerar poupança para as famílias, visto que elas só vendem animais no caso duma necessidade urgente de dinheiro ou em rituais de invocação de difundo que em língua local são conhecido por "Mhamba". Uma outra maneira de garantir o rendimento é de as famílias terem gado bovino domesticado no cultivo nas machambas familiares e cobrarem por este serviço.

Em termos de culturas predominantes nas machambas, temos de destacar: o milho, abóbora, mandioca, batata-doce, feijão nhemba e manteiga (zona Alta); alface, couve, cenoura, cebola, alho, feijão manteiga (zona baixa). Economicamente, a principal fonte do bairro é a agricultura.

O bairro insere-se num contexto patriarcal. As decisões sobre os processos de produção, comercialização e utilização do rendimento, são muitas vezes tomadas pelo marido ou homem. É ao mesmo tempo caracterizado de alto produtividade no vale do Rio Limpopo onde a ocupação de espaço e as formas de produção apresentam condições diferenciadas, por um lado, as consideradas tradicionais, e por outro lado, as consideradas modernizadas influenciadas pela presença do programa Vilas de Milénio que trabalha em estreita coordenação com as associações<sup>16</sup>.

De acordo com fontes de Gabinete Distrital de Planificação (1997:15), existe no bairro uma diversidade cultural muito grande. A comunidade presta cultos aos seus antepassados em locais consideradas sagradas, que são pequenas matas onde jazam restos mortais dos antigos régulos

---

<sup>16</sup>É importante frisar que o programa Vilas de Milénio trabalha, para além das associações agrícolas, o caso da AEXMIN, como também com outras associações não agrárias existentes no bairro. Os jovens, por exemplo, são incentivados a agruparem-se por afinidade profissional e formarem associações, de modo a candidatarem ao financiamento de Vilas de Milénio e de Fundo de Investimento de Iniciativa Local, conhecido por 7 milhões de meticais.

tradicionais, os "Indunas" (chefes de terras), e outros Madodas (conselheiros) da família real do regulado e em famílias unidas em laços de parentesco nas campas dos difundo.

No contexto familiar, estes locais existem representados em pequenos cemitérios e em árvores de espécies diversas, destacando a canhoeira, o embondeiro e outras espécies. Para o presidente do bairro, nota-se ainda que contribuem, para esta diversidade, as mais antigas confissões religiosas, nomeadamente, católica, União Baptista e a Velha e 12 Apóstolos. Contudo, assiste-se ainda à crescente prática de mitos religiosos africano Zion e Agrideque (religião que se assemelha a de zionismo).

A escolha do bairro Samora Machel tem a sua fundamentação ligado ao facto de ser um local de fácil acesso e onde a prática de actividade agrícola é mais acentuada e influenciada pela sua localização juntos às margens do Rio Limpopo. Para além disso, esta comunidade é fundamentalmente caracterizada por um massivo movimento das mulheres a aderirem nas associações onde os estudos anteriores não deram conta a dinâmica de poder nessas associações.

E ainda, com fundamento de que é uma região que possui um programa de desenvolvimento rural denominada "Vilas do Milénio" que à partida, parece a proporcionar uma mobilidade para o colectivismo principalmente das mulheres que em 2006 cresceu demasiadamente<sup>17</sup>. É também uma zona de produção que, inserida no tradicional, apresenta dinâmicas próprias na organização do sector camponês, as associações de camponeses, onde a participação da mulher é maioritária.

### **3.3. Perfil dos entrevistados**

Reconhecendo que nas pesquisas de ciências sociais, a selecção dos entrevistados torna-se inevitável, já que o investigador no terreno precisa definir o seu campo de estudo e reduzir no âmbito do seu trabalho (Burguess, 2006). Neste sentido seleccionamos indivíduos ligados à prática agrícola e inserida no contexto associativo, sendo a maioria dos nossos entrevistados compostos por pessoas com idade compreendida entre 32 à 75 anos ou seja, adultos e idosos,

---

<sup>17</sup>Segundo o administrador do distrito de Chibuto, o bairro Samora Machel, o associativismo está ganhando espaços, e influencia em diversos sectores de actividades, graças as experiências positivas realizadas pelo Programa Vilas do Milénio do Chibuto (MCT 2009:07).

todos residentes no bairro comunal Samora Machel, excepto o responsável da administração do distrito que vive na vila municipal. Ambos são Vachangana, nascidos e viveram a sua infância no distrito de Chibuto.

Dos vinte e dois indivíduos seleccionados, dezoito são mulheres, das quais quinze são membros simples (sem cargos de chefia nos órgãos sociais); e três são membros da direcção. Quatro são homens, dos quais inclui, responsável da administração do distrito, presidente do bairro, presidente e secretário do órgão executivo do AEXMIN. Outro perfil dos nossos entrevistados tem o fundamento de ser fundadores da associação, o caso do presidente e secretário da AEXMIN; as dezoito mulheres divididas em dois grupos: o primeiro grupo (9 mulheres) entrou antes da emergência no bairro o programa Vilas do Milénio, porém, o outro grupo entrou após do programa.

Este critério na selecção dos nossos entrevistados a sua relevância visa fornecer, em detalhes, as informações da AEXMIN antes e depois da emergência do programa Vilas do Milénio o qual constitui um dos motivos para a adesão feminina nesta associação.

Os (as) entrevistados (as) são maioritariamente falantes, especificamente da língua Changana: 12 mulheres e 0 (zero) homens, respectivamente. Todavia, 10 homens e mulheres falam Changana e Português dos quais, 6 são mulheres e 4 homens respectivamente.

## **IV capítulo**

### **4.1 Contexto de surgimento das associações agrícolas no país**

O associativismo agrícola em Moçambique, pode enquadrar-se em quatro períodos distintos da história do país: no período colonial, depois da independência nacional, durante a implementação de PRE e durante o período que antecede o fim da guerra civil.

No primeiro período que inicia com o decreto ministerial de 10 de Outubro de 1901 tendo prolongado até a independência nacional. Segundo Rocha (2001) até 1910, o movimento associativismo foi suscitado pela comunidade branca, e consistiu em pequenas tentativas de organizar e fazer convergir interesses sociais e económicos afins, avançando lentamente, mas já com a direcção bem definida. A oportunidade para uma melhor organização surgiu quando o decreto acima passou a regulamentar o processo de formação de associações de classe. Em 1905 nasceria a câmara de comércio e a associação dos proprietários. Na mesma ocasião surgiria aquela que parece ter sido a primeira tentativa de organização operária, com a formação de uma associação de ferroviários e associação dos empregados de tracção dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques (2001:133).

Mas as associações ligadas ao sector agrícolas surgem durante a realização do congresso operário de Maio de 1915, que debateu exactamente os problemas de pequena agricultura. De pouco que se sabe desta associação, que se inicia mergulhada na contradição entre a formação de uma associação agrícola e a formação de um sindicato de agricultores, é que durou dois anos. Um dos membros directivo, Adriano Sousa e Costa, veio a ser proprietário agrícola e figura preponderante da Associação de Fomento Agrícola (Ibid:143).

Portanto a organização agrícola dos negros surgiu em 1944 que segundo a lei desse mesmo ano definiu o estatuto do agricultor indígena referia-se, no preâmbulo, à necessidade de se criar uma classe de pequenos proprietários rurais “negras” que seriam, em termos de produção e rentabilidade, mais eficientes que os outros camponeses e serviriam de matéria-prima para a defesa política do Estado. É deste modo que surge a primeira cooperativa indígena de Chibuto (Adam 1986:56). Na óptica do mesmo autor havia um grupo de organização que englobava associação de colonos, constituído por indivíduos de raça branca, com pleno direito e que

contavam com apoio do Estado. Outro grupo formado por indivíduos negros abrangidos pelo estatuto indígena, sem direito que a população colonizadora (1986: 31).

Portanto, nota-se neste período que a criação das organizações associativas dos negros, correspondia a um processo externo aos próprios camponeses, uma imposição feita pelo governo colonial como forma de estabelecer o seu poder até ao nível dos camponeses e permitir a integração destes no sistema da economia colonial. As associações africanas foram criadas pelo governo português visando que o colonialismo permitisse fortalecer nelas a sua governação, desestabilizar os nativos em todos os aspectos sociais, económicos, culturais e políticos, e ainda para que os nativos sejam submetidos na economia colonial. Significa que para o governo colonial as cooperativas e as associações eram uma arma para melhor governar os nativos.

No segundo período, concretamente com a independência do país em 1975 até 1983/84 altura que surgiu o PRE, o governo mobilizou os camponeses a organizarem-se em cooperativas viradas à produção colectiva em machambas denominadas as Estatais. No 3º congresso da FRELIMO, em 1977, o governo adoptou uma política de desenvolvimento assente na socialização do campo. Assumiu que o desenvolvimento rural seria promovido através da produção em empresas Estatais em moldes colectivos. Por isso, o associativismo consistia num processo de socialização e da modernização do campo.

Na óptica de Van Vugat (2002) a criação de cooperativas e associações em Moçambique tem as suas razões com base nas estratégias de desenvolvimento adoptadas no âmbito da política de socialização do campo. Estas associações estavam inicialmente ligadas às actividades de governo e fortemente dependentes do estado (2002:12). A responsabilidade de criação e a própria sobrevivência das cooperativas estavam ligadas à máquina governativa, fortemente dependente do Estado. Segundo o Gabinete de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas (1979) o artigo 10 elucida a ligação entre o Estado e as organizações agrícolas de seguinte forma:

*“Não tenham exercido nem exerçam nenhuma actividade contrária aos interesses da nação, do partido e da cooperativa, devendo cada caso duvidoso ser analisado em Assembleia Geral” (1979:02).*

De acordo com o Ministério de Agricultura (1979) o primeiro levantamento efectuado, até 1979, existe no país mais de 300 cooperativas agrárias com distintos graus de organização e desenvolvimento. Muitas destas cooperativas debate-se com o problema de obtenção adequada apoio para o seu crescimento, porém, o Estado não pode prestar a todas o necessário apoio, impondo-se portanto, de acordo com a determinação da sua excelência o presidente do partido FRELIMO, eleger umas quantas cooperativas pilotos onde se concentrarão os recursos para o enquadramento e o apoio que o movimento agrário exige.

O critério na selecção das cooperativas pilotos, em cada província deveria ser seleccionado duas a três, devendo, de preferência, mais do que uma cooperativa num mesmo distrito. É desejável que dentre as cooperativas seleccionadas uma dela se situa no perímetro da cidade capital para constituir exemplo da zonas-verde que se pretende desenvolver em todas as cidades. A implementação do partido na cooperativa constitui um critério relevante.

Portanto, este movimento continuou até ao surgimento do Programa de Reabilitação Económica (PRE), isto é, no 3º período o qual inicia em 1984 a 1992 com a assinatura do acordo geral da paz. Para Valá, com a concentração da crise económica de 1980/84, algumas cooperativas, que até então beneficiavam de apoio Estatal, desapareceram, outras transformaram-se em associações (2002:16).

Com o PRE (1987) até à assinatura do Acordo Geral da Paz algumas cooperativas sobreviveram graças ao seu vínculo às empresas Estatais ou tendo se constituídas em uniões cooperativas como são o caso da actual União Geral das Cooperativas (UGC) em Maputo e em Nampula (Van Vugat 2002:12).

Já no 4º período, concretamente, em 1992, com o culminar da guerra civil, verifica-se grandes transformações sociais, políticas e económicas, assistindo-se ao surgimento da sociedade civil acompanhado do aumento de número de ONG e de surgimento de associações de base comunitária (Honwana 2004:06). Neste período o movimento associativo é caracterizado por grande incentivo financeiro de governo e legislação das associações agrárias.

Isto deveu-se ao facto de o governo ter reconhecido que o movimento associativo agrícola constitui pilar para o aumento dos incentivos governamentais e das ONG, sem no entanto levar em conta as questões de discriminação em função de género. A presença da mulher na esfera

pública baseada no movimento associativo permite o acesso a recursos incluído a terra, deste modo, provoca alguma ruptura com antigas relações de poder, potenciando-se o surgimento e a importância de novas relações de entreajuda.

#### **4.2 Historial do surgimento da AEXMIN da Comunidade rural Samora Machel**

Segundo o presidente da AEXMIN, esta organização agrícola foi fundada em 1992 por um grupo de 56 homens ex-trabalhadores das minas da África de Sul em parceria com o Ministério do Trabalho e TEBA. Dentre esses trabalhadores faziam parte: os reformados e indemnizados em consequência das minas ficarem fechadas e por redução de mão-de-obra.

Vejamos o relato do presidente da AEXMIN, o senhor A. Chaúque (52 anos de idade):

*“ (...) associação surgiu motivada pelo regresso massivo dos trabalhadores que se encontravam a trabalhar nas minas de África do Sul. Por isso, o Ministério do Trabalho e o TEBA como instituições responsáveis no recrutamento e assistência a estes trabalhadores, incentivaram a criação de pequenas associações para melhor apoiá-los (...).”*

Deste modo surge a AEXMIN, e no mesmo ano beneficia-se de um apoio de um sistema de regadio para o cultivo de banana numa área de 10 hectares, a qual, na óptica do presidente, foi totalmente destruída pelas cheias de 2000 e ficou sem nenhuma acção. Na altura da sua fundação era constituída por 56 membros ambos ex-mineiros (homens) e o número foi crescendo à medida que o tempo ia passando. No que diz respeito a participação da mulher na AEXMIN, o presidente conta nos seguintes termos:

*A nossa associação foi fundada apenas por homens que trabalhavam nas minas de África do Sul e não havia mulheres. Aliás, no âmbito da fundação da AEXMIN as mulheres faziam parte como representante dos seus maridos ou filhos nas actividades agrícolas. Porque alguns desses maridos ou filhos faleceram acabaram por adquirir o estatuto de membro da associação.*

Portanto, constatamos que as mulheres sempre estiveram presente desde a criação da AEXMIN, mas simplesmente excluídas por razões do âmbito natural (sexo biológico) e do âmbito social (ser mulher). O instrumento legal (estatuto) que organiza o funcionamento desta organização, apenas foi

aprovado pelo conselho de ministro no dia 23 de Agosto de 2010, isto é, 18 anos mais tarde. Todavia, a associação, antes de 2006<sup>18</sup>, operava nas instalações da empresa ex-transporte Oliveira, mas no mesmo ano, e com apoio prestado pelo programa Vilas do Milénio<sup>19</sup>, beneficiou-se de um espaço onde actualmente funciona como a sede da associação.

A AEXMIN sendo uma instituição social nela faz parte homens e mulheres, que através das relações sociais procuram manter os objectivos da colectividade e individuais. Um dos casos o qual reside a nossa inquietação é o absolutismo numérico das mulheres. Para um melhor estudo, procuramos entender a constituição desta associação por idade e sexo, abaixo apresentada.

Tabela 1. Constituição da AEXMIN por idade e sexo

Faixa etária	homens	%	mulheres	%	total (h/m)	Total h/m(%)
32 a 60 anos (adultos)	11	2,9	114	29,6	125	32,5
60 adiante (idosos)	10	2,6	250	64,9	260	67,5
Total	21	5,5	364	94,5	<b>385</b>	100

O quadro permite mostrar que a AEXMIN tem 385 membros dos quais 21 homens e 364 mulheres que correspondem a 5,5% e 94,5% respectivamente. Porém, em termos do género, o número de homens é bastante reduzido se compararmos com o número das mulheres, por razões óbvias: a primeira por migração dos homens para fora do país concretamente para África de Sul; a segunda tem a ver com a morte dos homens ou filhos onde as suas esposas ou mães assumem automaticamente o lugar do falecido; a última está relacionada com a defesa dos interesses das mulheres.

<sup>18</sup> No ano de 2006 entrou no bairro o Programa Vilas de Milénio de Chibuto (PVMC).

<sup>19</sup> Vila de Milénio é um programa que visa a redução de pobreza absoluta, com base no trabalho das comunidades empobrecidas, através de uso das capacidades e potencialidades locais, com especial enfoque para a expansão e uso da ciência, tecnologia e gestão de conhecimento (MTC 2009:64)

Os dados indicam ainda que para além de as mulheres constituírem um número maioritário, é ao mesmo tempo em número maior na faixa etária dos idosos com 64,9%, e os homens em apenas 2,6%. Constatamos ainda que a AEXMIN tem um elevado número de membros idoso com cerca de 260 que corresponde a 67,5% contra 125 dos membros adulto que equivale a 32,5%.

#### **4.2.3 Organização e o funcionamento da AEXMIN**

A AEXMIN tem estatuto aprovado e publicado no Boletim da República<sup>20</sup> pelo que ela é reconhecida como entidade com personalidade própria com o seguinte objectivo<sup>21</sup>: o desenvolvimento das actividades agro-pecuárias com vista a melhoria das condições dos seus associados. Associação poderá exercer outras actividades conexas ou subsidiárias de actividade principal com vista a melhorar os rendimentos dos seus associados, desde que permitidas pela lei vigente.

São membros<sup>22</sup> fundadores todos aqueles que outorgaram a escritura da constituição da associação bem como as pessoas singulares que como tal sejam admitidas por deliberação da assembleia e desde que se conformem com o estabelecido no presente estatuto e cumpram as obrigações nele prescritos. Os dados empíricos permitiram-nos a identificar dois tipos de membros: primeiro, são aqueles que outorgaram a escrituras da associação, os quais, no presente trabalho denominamo-los membros directos que totalizam 5,5% (simplesmente homens: ver a tabela 1). Segundo, são aqueles que entraram na associação como representante dos seus esposos ou filhos os quais passaram definitivamente como membros, num total de 56 mulheres que corresponde a 14,5%; e aqueles que entraram na AEXMIN admitidos por deliberação da Assembleia Geral, 308 mulheres correspondente a 80%, ambos são denominados membros indirectos.

Os estatutos definem a estrutura básica da associação, materializado pelo ponto de vista organizativo e administrativa, na repartição das principais atribuições e competências dos diferentes órgãos sociais apresentado num organograma, onde se destaca: Assembleia Geral; Mesa da Assembleia-Geral; Conselho Directivo e Conselho Fiscal.

---

<sup>20</sup>Boletim da República de 2ª feira de 23 de Agosto de 2010, III série – nº 33.

<sup>21</sup>Artigo 4 do estatuto da AEXMIN

<sup>22</sup> Artigo 12 do estatuto da AEXMIN

Assembleia-geral<sup>23</sup> é o órgão máximo e constituído pela totalidade dos seus membros em pleno gozo dos seus direitos. Reúne-se uma vez por ano ou duas vezes se assim exigir. Mesa da Assembleia Geral<sup>24</sup> é constituída por três pessoas eleitas pela Assembleia Geral, sendo um presidente, um vice-presidente e um secretário. O conselho directivo<sup>25</sup> constitui o gestor da associação e é assegurado pelo conselho directivo composto por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, um chefe de produção e dois vogais. O conselho fiscal<sup>26</sup> é constituído por três pessoas sendo um presidente, um secretário e um vogal.

### **4.3 Motivação para adesão à AEXMIN**

Esta parte é dedicada as motivações ou fins que levam as mulheres a associarem cuja análise nos permitirá entender as estratégias das mulheres para o acesso a terra e outros recursos agrários.

A AEXMIN foi fundada por indivíduos do sexo masculino como forma de apoiar os a transporem e a suportarem as dificuldades de falta de emprego. Estes membros, que por várias transformações de ordem socioeconómicas e políticas que ocorreram na África de Sul, algumas empresas mineiras ficaram fechadas e outras reduziram a mão-de-obra levando alguns trabalhadores moçambicanos abater-se no desemprego.

A correlação entre as mudanças do regime político e fechamento das empresas mineiras reside no facto de as empresas Sul-africano, durante o regime de Apartheid, operavam em estreita colaboração com o governo e cujos gestores destas empresas pagavam aos seus trabalhadores salários miseráveis. As mudanças políticas que originaram na queda do regime racista, os trabalhadores começaram a exigir um salário digno de um profissional mineiro. A indisponibilidade do patronato em pagá-los por falta de fundo, sentiu-se obrigado a indemnizá-los. E como consequência directa, algumas empresas fecharam, outras reduziram a sua mão-de-obra. Portanto, a tentativa de dar apoio a essas pessoas de forma singular mostrou-se fraco, foram no entanto incentivados a associarem e nessa associação denotou a ausência das mulheres.

---

<sup>23</sup> Artigo 6 do estatuto da AEXMIN.

<sup>24</sup> Artigo 7 do estatuto da AEXMIN.

<sup>25</sup> Artigo 8 do estatuto da AEXMIN.

<sup>26</sup> Artigo 9 do estatuto da AEXMIN.

Todavia, durante as entrevistas com os nossos informantes principalmente com o presidente da AEXIMN que ocupa este cargo desde a fundação da associação em 1992, descobrimos que há vários factores que motivam as mulheres a aderirem na AEXMIN. Um desses motivos estão relacionados com a defesa das suas terras contra o poder exercido pelos homens onde as mulheres têm o acesso a terra pela sua ligação do sexo masculino, seja marido, pai ou irmão, isto é, expropriação de terra através dos direitos costumeiros que relegam o poder aos homens. Outro motivo visa como estratégia contra a expropriação da terra contra pessoas endinheiradas existente no bairro oriundas pelos diversos pontos do distrito de Chibuto.

No que concerne a primeira motivação, a senhora A. Ngulele (42 anos de idade) que começou a trabalhar na associação como representante do seu marido e que mais tarde veio tornar membro activo após a morte deste, elucida nos seguintes termos:

*"Sou viúva, mãe de quatro filhos. Perdi meu marido a sensivelmente 11 anos e um pouco depois de 8º dia, o irmão mais novo do meu falecido marido veio ter comigo dizendo que devia deixar de usar as duas machambas localizadas na zona alta e voltar para casa dos meus pais. O caso foi resolvido no fórum familiar mas nada resultou. Minha amiga e por sinal vizinha, aconselhou-me para falar com o presidente da AEXMIN onde o meu marido era membro e este interveio ao meu favor tendo conseguido mantê-las até hoje. A partir desse período passei a reactivar a minha presença na associação que não pisava desde que meu marido morreu".*

Portanto, podemos constatar que AEXMIN serve de um instrumento na defesa dos interesses das mulheres. Isto é, a questão defensiva suscita sensação motivadora nas mulheres para a adesão associativa. No âmbito do exercício associativo elas usam as redes e alianças onde pode-se destacar as palestras realizadas na associação e nos diversos pontos da comunidade esclarecendo a população sobre o DUAT e as vantagens do trabalho associado.

As palestras são realizadas na associação na 3ª e 5ª feira de cada semana, no período da tarde, concretamente as 14 horas. Porém, na observação directa verificamos que as mulheres são que mais participam principalmente as adultas. Para além das efectuadas na associação participam também nas realizadas na comunidade pelo: Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento; Actionaid (Organizações Não Governamentais) e/ou Programa Vilas de Milénio (Organização Governamental).

Todavia, esta adesão maciça das mulheres na AEXMIN e nas palestras, elas produzem uma força da acção colectiva servindo-lhes como estratégias: aceder aos recursos agrários incluindo a terra; a defesa das terras; e, a manutenção do DUAT. Portanto, são vários critérios que as mulheres usam para a manutenção do DUAT: Primeiro por via membro da associação. Segundo, as machambas, sejam individuais ou colectivas devem mantê-las sempre cultivadas, deste modo, são obrigadas a trabalhar em regime de entreatajuda (via grupo de trabalho).

Terceiro, quanto maior for a produtividade, maior é a eficácia do DUAT. Com o crescimento da produção, algumas mulheres, vendem alguns produtos (nas residências ou no mercado) e o valor resultante deste negócio, conseguem alocar a mão-de-obra e instrumentos de produção, e destes meios permite-lhes manter a terra em uso, requisito necessário para garantir o DUAT.

Estes dados empíricos, confirmam o que Loforte (2000) descobriu em Laulana que algumas destas associações permitem à mulher o acesso aos recursos básicos como a posse da terra, de insumos agrícolas, de instrumentos de produção e crédito. Para além das associações, elas estão ainda presente em organizações partidárias e religiosas, mediando conflitos, aconselhando e confrontando as necessidades. Portanto, nas relações de género, as mulheres acarretam barreiras impostas pelos homens levando-as cooperar que lhes possibilite a uma acção colectiva para aceder a terra.

Todavia, esta comunidade inserida numa região predominantemente tradicional, devido a manutenção das mulheres na esfera doméstica, estas ficam isentas de possibilidade remuneráveis, simplesmente socializadas para a administrar e gerir os bens da casa deixando-as economicamente debilitadas e dependentes do marido ou do homem. Os homens socializados para o salário e para a definição das estratégias familiares encontram-se numa situação privilegiados para acederem a terra. Porém, as mulheres socializadas para os trabalhos domésticos e nos cuidados dos membros da família ficam isentas do DUAT; por isso, a AEXMIN é encarada pelas mulheres como lugar de afirmação do poder financeiro para a defesa do uso e controlo da terra.

A senhora Malungane (39 anos de idade) contou nos seguintes moldes:

*“ (...) acabei entrando na AEXMIN por causa da machamba que o meu marido queria levá-la em benefício da minha rival. Mas hoje nem preciso porque tenho duas que comprei com meu dinheiro e registadas na associação. O dinheiro conseguido no âmbito da comercialização dos produtos economizei em molde de xitique que faço com outras mulheres membros da associação. A*

*partir dessa altura o meu marido já não tem "boca". Alguns Produtos oriundo dessas machambas, vendo-os no mercado e fruto deste esforço já abri uma barraca de venda de bebidas alcoólicas e o meu marido já não anda-me gozar como fazia dantes e nem preciso do dinheiro dele para nada".*

Para além das barreiras impostas pelos homens, a comunidade debate-se com problemas das pessoas endinheiradas que usam agricultura mecanizada (tractor, moto bomba, sistemas de regadios), algumas pertencente a comunidade e outras vindas de diversos pontos do distrito de Chibuto a procura de terras para prática de agricultura. Há dois factores interferem neste movimento no bairro Samora Machel. Por um lado, é a localização geográfica junto as margens do Rio Limpopo que torna as terras do bairro fértil para a prática de agricultura e a pecuária; e, por outro lado, é a presença do Programa Vilas de Milénio que concede o crédito agrário. Deste modo, o modelo patriarcal que determina quem tem direito a terra; e o fluxo das pessoas endinheiradas a pretender o mesmo recurso produz uma acção colectiva feminina que visa à defesa das suas terras e o acesso ao crédito do desenvolvimento rural.

Segundo a senhora P. Sitói (57 anos de idade):

*"Um dos objectivos que nos levou a entrar na AEXMIN é para defender as nossas terras das pessoas endinheiradas oriundas de outras zonas/regiões do distrito de Chibuto. Além demais, conseguimos trabalhar com a estrutura do bairro como forma de adquirir facilidades no acesso a Fundo do Desenvolvimento Local (FDL) vulgo sete milhões de meticais e no acesso ao crédito agrário disponibilizado por Vilas do Milénio."*

A segunda motivação, a AEXMIN é encarada como um lugar da afirmação ou de produção do poder da acção colectiva que se manifesta em trabalho em grupos de produção ou em marchas (manifestação pacífica) para exigir o DUAT. As machambas (algumas) de uso individuais mas registadas em nome da associação possuem DUAT a título provisório cuja garantia da sua manutenção, renovação ou atribuição definitiva depende da dimensão do uso e aproveitamento da terra. O que fomos narrados pela chefe da produção fazia menção a boa colheita proporcional a espaço lavrado. Para lavrar usam uma vasta gama de tecnologia a partir de instrumento local: enxada, machado, charrua e gado bovino, regadores de aço, chapa e de plástico, fertilizante natural e artificial; e instrumentos importado tais como, tractores, sistemas mecanizado de rega. Quanto maior for a boa

colheita, maior é capacidade de alargar o espaço lavrado possibilitando o acesso a recursos agrários e ao DUAT (renovação ou locação definitiva).

Dado o lugar que a mulher ocupa na comunidade coloca-se desfavorável na aquisição de recursos externo para poder garantir o DUAT, nesta perspectiva, ela associa ou adere na AEXMIN no sentido de revestir do poder da acção colectiva para manter o aproveitamento das machambas. Portanto, as mulheres camponesas desta associação possuem, para além da machamba associada, uma outra da produção individual mas registada em nome da associação.

Segundo A. Massingue (40 anos de idade) sobre estes aspectos conta nos seguintes termos:

*"A maioria das mulheres da comunidade que vivem principalmente da agricultura são idosas e como tal, deparam-se com dificuldades de uso das terras, por isso, são obrigadas a adoptar o mecanismo associativo para aceder a este direito contemplado na lei da terra".*

A lei está clara no que toca a este aspecto do DUAT. Segundo o Boletim da República<sup>27</sup> (1997) *"o DUAT é adquirido por ocupação por pessoas singular e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a constituição"* (1997:17). Porém, acerca do prazo o mesmo Boletim da República<sup>28</sup> indica o seguinte:

*"Não está sujeito o prazo o direito de uso e aproveitamento da terra: a) adquirido por ocupação pelas comunidades locais; b) destinado à habitação própria; e, c) destinado à exploração familiar exercida por pessoas singulares nacionais"* (BR 1997:17).

Mas na prática verifica que o mecanismo mais credível para beneficiar do DUAT é a dimensão da terra e da produtividade e nesta perspectiva, as mulheres, na sua maioria, encontram-se numa situação fragilizada no uso da terra, impossibilidade de recursos, sejam financeiros assim como material para estarem ao nível privilegiada com os homens. Por isso, elas são obrigadas a se juntarem a um homem para beneficiar do direito da terra.

De um modo geral, pode-se constatar que a capacidade de a mulher impor a sua vontade sobre os recursos agrários, defesa das suas terras e benefício do DUAT exige que elas estabeleçam relações de

---

<sup>27</sup>Alínea a) do artigo 12.

<sup>28</sup> Alínea 2 do artigo 17.

parcerias e de alianças dentro das associações e entre associações possibilitando-lhes uma visão mais ampla sobre o poder da acção colectiva.

#### **4.4 Relações sociais de poder entre homens e mulher na AEXMIN**

Como referimos anteriormente, existe 250 membro feminino idoso que corresponde a 64,9%. Nestes constatam o que designamos o “*reformismo do poder patriarcal*”, pois elas alegam que o poder masculino inicia com a criação do homem no paraíso de Éden. Este posicionamento equivale, no nosso entender, o pensamento essencialista que concebe as diferenças de género como sendo fixas e não se limita a determinismo biológico mas inclui a concebida ontologicamente, como no mito da criação de Adão e Eva (Suárez, 1995). Mas ao mesmo tempo existe 114 membro feminino adulto que corresponde a 29,6% que desenvolvam estratégias para o usufruto de poder. Procuramos, no entanto perceber as relações de poder principalmente entre as mulheres idosas e homens e sem perder de vista as relações de poder entre mulheres associadas.

Neste sentido, as relações homem/mulher equipadas com as relações de poder na AEXMIN produz duas realidades sociais: uma engendra novas formas de estratificação social, e a outra, reforça as tradicionais inter-relações no capítulo do acesso a terra.

No que toca o primeiro aspecto, resulta na saída da mulher na esfera doméstica para pública onde lhe possibilita o acesso ao rendimento e seminários ou palestras levado a cabo, principalmente por ONG. Assim como ilustra Osório (1998) que considera esfera pública referindo, por exemplo, ao Mercado informal, onde a presença da mulher permite-lhe o acesso aos recursos não controlados pelo homem provoca alguma ruptura com antigas relações de poder, potenciando-se o surgimento de novas relações sociais de entreajuda.

Segundo senhora M. Maluleque (39 anos de idade):

*"Trabalhamos nestas terras pertencentes a nossa associação, aqui não há homem e nem mulher, todos unimos os esforços para produzir. A AEXMIN tem machamba na zona alta e baixa nelas produzimos diversidades produtos. No acto da colheita, uma parte é vendida no mercado e*

*outra é distribuída pelos associados. Porém, o valor resultante da venda beneficia dele do qual algumas mulheres compraram terras, outras alugam-nas para fazer machambas."*

Posição similar é apresentada pela senhora J. Matusse (43 anos de idade):

*"Na AEXMIN todos somos iguais. É claro que temos um homem como presidente da associação mas nada indica que ele é superior. Ele é simplesmente representante da associação, a produção agrária é decidida em conjunto até porque o responsável de produção é uma senhora treinada no uso de tecnologia agrária."*

Deste modo, os factores económicos, como é o caso da venda dos produtos no mercado, a montagem de pequenas bancas proximidades da residência aliado ao financiamento da AEXMIN, dão possibilidades em algumas mulheres a novas formas de uso e aproveitamento da terra. Estas mulheres são treinadas para o uso de novas tecnologias agrárias, uso de moto bombas, aquisição individual de gado bovino que lhes ajudam no trabalho agrícola. Para além disso, o valor monetário por estas colectadas possibilita-lhes a aquisição de mão-de-obra e instrumentos de trabalho.

Todavia, estas faculdades são preponderantes para determinar o "status" feminino na AEXMIN. É o caso da senhora C. Tesinde de 45 anos de idade, viúva e mãe de cinco filhos. O sucesso alcançado na associação edificou uma pequena banca no mercado para a venda de produtos agrícolas. Dois anos mais tarde beneficiou do crédito em molde individual tendo transformado a banca em salão de chá. Os homens da AEXMIN não vê com "bons olhos", e nas conversas tidas com um desses afirmou que jamais deixaria sua esposa edificarem um negócio. Portanto, é visível na figura da Tesinde o "status" empreendedora.

Noutra perspectiva, fruto da divulgação da Lei da Família, Lei da Terra, assim como a Constituição da República dá maior capacidade da mulher associada revestir-se de poder. Isto significa que, perante esta postura feminina, há negociações nas relações mulher/homem na AEXMIN, onde a mulher procura ruptura da ideologia dominante, e em alguns casos, esta realidade é também notória nas famílias onde homem/mulher negoceiam o destino dos recursos agrário.

Vejamos o relato da senhora A. Matilde (49 anos de idade):

*"Na minha casa há mudanças fruto da divulgação da Lei da Família para além da lei contra a violência doméstica. Uma mulher que não trabalha, e sem remuneração o poder no homem é mais cimentado".*

No segundo aspecto, as relações homem/mulher, reforçam as tradicionais inter-relações na divisão social de trabalho onde as mulheres desempenham certas tarefas, nas quais, estão patente as relações de poder. As mulheres idosas e algumas não idosas mas casadas têm algumas particularidades que constatamos durante as entrevistas, algumas delas reportam questões segunda as quais o homem é por natureza superior em relação a mulher. Deste modo, pode-se constatar que no âmbito das relações de poder nestas mulheres a posição de "chefe"<sup>29</sup> assumida na família transcende para a AEXMIN, cabendo a estas mulheres estarem sob poder do homem.

Segundo a senhora M. Langa (68 anos de idade):

*"Beneficiei do dinheiro da associação e da machamba individual, do qual comprei machamba e faço também alguns negócios que me dá rendimento, mas mesmo assim, nunca serei superior ao meu marido. Tenho ainda três pessoas (duas senhoras e um senhor) que trabalham comigo e pago-lhes salário mensalmente, mas nunca vou igualar ao homem. Este cenário começou no paraíso de Éden onde Deus criou o homem e mais tarde a mulher. Por essa razão, a mulher é sempre inferior do homem".*

Contrariamente, o que se pode constatar, nas novas formas sociais, onde as mulheres detêm recursos, verifica transformações nas relações de poder entre os associados em função das transformações económicas. Por exemplo: a possibilidade estratégica da mulher criar banca para venda de produto agrícola dá-lhe maior probabilidade económica onde o homem procura-a para fazer crédito. Loforte (2000) defende esta posição afirmando que muito embora as relações sejam dispersas, assimétricas e construtivas de uma desigualdade, as mulheres detêm lugar de poder. Neste caso, Loforte não estava em consenso com aquelas que acreditam num poder absoluto do homem, o exemplo da Rubim (1975) e da Badinter (1986).

---

<sup>29</sup> Na nova lei da família tanto os homens como as mulheres podem ser chefes do agregado familiar ou cabeça de família. Mas segundo a realidade colhida na AEXMIN, no acto das entrevistas, algumas mulheres, principalmente as casadas e idosas, consideram chefe da família o homem apoiando-se na descrição bíblica sobre a origem da humanidade.

No entanto, a presença da mulher na AEXMIN permite, para além do acesso directo a terra, através de mercado e aluguer onde passa a adquirir um papel como agente produtora associada, emergem também novas relações sociais de entreajuda, as quais, reveste as mulheres de poder na associação que transcende também para comunidade.

#### **4.5 Redes de solidariedades e/ou de entreajuda como estratégia na construção do poder feminino na AEXMIN**

Um aspecto relevante observado na AEXMIN é a forma como as mulheres se organizam nas actividades agrícolas. Elas usam uma vasta gama das redes de solidariedades e/ou de entreajuda para manter as machambas cultivadas e melhorar a situação subalterna e as condições económicas. Todavia, evidenciamos a estratégia feminina, e mostrar como é que as mulheres usam o xitoko, xitique e a participação política como meio de sucesso, neste caso há ruptura com as tradicionais relações sociais entre homem/mulher. Assim, o poder é algo que se exerce em redes de alianças ou em resistência como afirma Loforte (1996) que o poder pode ser a probabilidade de os actores sociais impor as suas vontades numa relação social, pese embora o facto de existir oposição ou resistência a esta relação independentemente do seu fundamento.

Num outro subcapítulo mostraremos que mesmo com a dinâmica nas relações homem/mulher, algumas mulheres continuam na posição subalterna onde os homens, por razões de ordem socioculturais, revestem-se de uma posição superior em relação as suas parceiras. Isto é, mesmo com alguns ganhos económicos mas em termos de poder, as mulheres se consideram inferiores em relação aos seus parceiros.

##### **4.5.1 Xitoko, xitique e mulher como sujeito político**

A associação agrícola compreende-se uma organização institucionalizada de um conjunto de indivíduos que se ocupam de agricultura para uma actuação a fim de melhor realizar certos interesses comuns em duas perspectivas: produção agrária e como estratégias das mulheres para o acesso aos recursos agrários incluindo a terra. Como indica Loforte (2000) num estudo realizado em Maputo, bairro Laulana, que os lugares de poder são ainda visíveis junto da

comunidade através da sua integração em redes sociais ligadas às associações e as igrejas na procura de uma optimização dos recursos para reprodução dos seus dependentes.

A associação agrária reveste-se de um significado onde se produz o poder da acção colectiva para prover-se de capacidade económica, social e política cujo objectivo consiste no acesso a terra. Esta acção faz-se por meio de entreajuda, como emprestado-lhes instrumentos de trabalho (enxada, machado, catana, charrua, regadores) e formam grupos de produção para trabalho colectivo. Sobre este propósito, A. Chamúque (52 anos de idade) disse o seguinte:

*"O que seria de mim se estivesse a trabalhar sozinha, tenho uma machamba na zona alta e três na zona baixa. O tempo tem sido insuficiente para trabalhar na machamba da associação e ao mesmo tempo nas minhas. Por isso tive que me unir a grupos de produção denominada xitoko, hoje trabalha-se na minha, amanhã numa outra pessoa e assim sucessivamente".*

As redes de entreajuda por meio de xitoko participam a maioria das mulheres, onde das 364 mulheres, 350 participam no xitoko contra 14 mulheres que não fazem parte deste trabalho colectivo. Das 350 que participam no xitoko, estas estão divididas em 14 grupos de 25 cada. O número das mulheres remanescente (14) não participa no xitoko por seguintes razões: capacidade física para suportar a exigência de xitoko (09 mulheres); casadas e cujo marido estão nas minas de África de Sul e suportam despesas de custo de tractor ou charrua (zona alta) e trocam mão-de-obra por valor monetário (05 mulheres).

O xitoko faz-se por meio de prestação de serviço, onde um certo grupo de mulheres trabalha na machamba de pertença individual (registada na associação) num determinado dia e noutra vai-se noutra intercalando até abranger todos os constituintes do grupo. Porém, existe no AEXMIN dois tipos de Xitoko: troca de força de trabalho humana; trabalho realizado por animais em especial de gado bovino domesticados no uso de charrua, e em tractores<sup>30</sup>. Cada grupo tem uma chefe e cabe a esta a responsabilidade de monitorizar o desempenho do mesmo.

O xitoko faz-se num processo de ajuda mútua nas actividades agrícolas. Em cada jornada para além do trabalho que se realiza na machamba de pertença associativa, faz-se também numa outra

---

<sup>30</sup>O xitoko que envolve gado bovino e charrua e tractores é realizado nas machambas localizada na zona alta e envolve também valor monetário, e este valor é alcançado pelas mulheres em forma de xitique.

machamba de pertença individual mas em moldes colectivo, neste caso, em regime de xitoko. Este processo reveste de poder para manter a machamba em nome da associação, facilidade de aquisição de crédito e maior mobilidade produtiva.

A possibilidade de negociar, de reciprocidade e de entreaajuda permite a mulher adquirir poder no acesso a recursos e ao valor monetário. Os dados elucidados no presente subcapítulo apontam que as mulheres submetem-se em várias redes por meio de xitoko e guiadas com uma obrigatoriedade de produzir para alimentar o mercado num sistema de entreaajuda, este é um dos factores do sucesso e alcance de poder, como nos elucidou a senhora A. Mboa (42 anos de idade):

*"A associação recebe recursos do governo ou de ONG, estes são distribuídos em duas formas. O primeiro para machambas de carácter associativa e o segundo para machambas associada mas de pertence individual. Nós (as mulheres) temos recebido mais recursos porque nas machambas individuais trabalhamos em regime de "xitoko" que nos possibilita maior dimensão cultivada e maior produção em relação de alguns homens".*

O xitoko reveste nas mulheres da AEXMIN de poder perante aos seus parceiros masculino, sendo que, estes por vários motivos<sup>31</sup> não fazem parte deste tipo de relações sociais. Segundo senhora G. Umbissi (69 anos de idade):

*" (...) xitoko ajuda me para conseguir manter a minha machamba cultivada maior produtividade. Por isso, continuo a beneficiar do crédito agrário alocado à associação (...)."*

Diferentemente do xitoko, o xitique faz-se por valor monetário para compra de diversos meios dos quais individualmente torna difícil adquirí-los, como por exemplo, a terra para a prática de agricultura. Aliás, difícil delimitar as fronteiras entre xitoko e xitique, porque os dois conceitos carregam a dimensão de dádiva: no xitoko por exemplo, se alguém vai trabalhar na machamba de outrem carrega consigo uma dimensão simbólica em retribuir por trabalho feito. Isto é, o xitoko faz-se por um processo rotativo entre os membros associados. Cada membro numa determinada

---

<sup>31</sup>Um dos grandes motivos está relacionado com o número reduzido dos homens; para além disso, 11 dos 21 existentes na associação não depende, especificamente da agricultura, eles aliam o trabalho agrícola com o trabalho assalariado. O número remanescente (10) é de idoso e tem dificuldades em suportar a demanda de xitoko por motivo da instabilidade física.

machamba é atribuído uma parte para cultivá-la a qual a chefe do grupo faz medições usando passos. Se for kulhakula<sup>32</sup> a chefe mede 30 passos e se for para capinar é a metade (15 passos). O processo acima é feito na zona alta, na zona baixa o xitoko faz-se em processo de rega onde cada membro deverá regar dois a cinco canteiro dependendo da quantidade dos mesmos numa determinada machamba. Este trabalho faz-se numa rotatividade até completar a ronda.

Assim, atribui a obrigatoriedade moral estabelecida pela dádiva um papel criado pelas associadas ou mesmo um factor de humanização. A única diferença que encontramos, no xitique a retribuição não se trata de obrigatoriedade moral, mas um dever de pagar até mesmo com a intervenção jurídica. No caso de xitoko a desobediência em retribuir enfrenta exclusão social, no caso vertente, no grupo de trabalho.

No xitique envolve todas as mulheres associadas, adultas e idosas. Mas há uma particularidade! O valor que circula na rede de xitique é dinâmico, isto é, depende da pessoa para pessoa. Esta dependência reside nas possibilidades individuais. Neste processo, há mulheres que fazem xitique em vários grupos, aqui as redes estão conectadas em possibilidade de montante a contribuir. No estudo realizado no âmbito destas redes identificamos cinco tipos de grupos: grupo que contribui por 10mt por dia; grupo de 20mt em duas semanas; grupos que contribui uma vez por mês dividido por três grupos: de 500mt, 1500mt e 300mt. O número do grupo vai diminuído do valor mais baixo para o mais alto, isto é, de 10mt por dia a 3000mt por mês.

Vejamos a entrevista tida com a senhora V. Domingos (49 anos de idade):

*“Quando iniciamos xitique ermos poucas mulheres e nunca incluímos os homens por causa das sucessivas ausências, já não confiamos neles. O número foi crescendo devido o sucesso que é alcançado por xitique. Cada mulher escolhe o grupo pela sua vontade e algumas pertencem a vários grupos.”*

A estratégia no campo de poder não se manifesta entre homens/mulheres, como também entre mulheres. Notamos que no xitique emerge o campo de poder onde o valor económico distribui os grupos de xitique, porém, as possibilidades económicas por meio de xitique dita a organização na AEXMIN. As feministas marxistas tentaram encontrar uma explicação material para o género

---

<sup>32</sup> Kulhakula é uma palavra local que em português significa sachar. Cultivo regular para manter a machamba limpa.

limitou o desenvolvimento de novas direcções de análise, e se assim for, assumíamos que não há dinâmicas nas relações de género na AEXMIN ou então difícil seria entender o poder entre mulheres. Mas como afirma Bourdieu (1989) no campo social há conflitos de interesse e equivale actor social a um jogador que quem joga melhor acaba adquirindo o sentido do jogo. Além disso, não há membros fixos variam tendo em conta as possibilidades económicas que vai adquirindo ao passar do tempo.

As estratégias através de xitique revestem nas mulheres em poder económico que lhes possibilitam alargar as suas estratégias no campo de poder. Elas fazem aquisições das terras através de compra ou aluguer e acabam fazendo ruptura com o modelo patriarcado. Senhora J. Tafula (44 anos de idade) disse:

*“ (...) xitique ajudou me para comprar terra uma localizada na zona alta e duas na zona baixa. Antes dependia simplesmente da terra localizada na zona alta que meu marido herdou de um português, mas com ajuda de xitique comprei com meu dinheiro estas terras”.*

Notamos que os aspectos económicos e/ou de produção circunscrevem como prioritário para a ruptura da homogeneização do poder do homem na AEXMIN, em algumas mulheres. Como apresentamos acima, as redes sociais por meio de xitoko, xitique assim como a organização interna da associação agrupada em grupos de actividade produz uma dinâmica nas relações de poder e de género. Assim concordamos com a sustentabilidade de Scott (1989) ao afirmar que o patriarcado e o capitalismo são sistemas separados mas em interacção, na medida em que a causalidade económica se torna prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção.

Por outro lado, as relações sociais dentro da AEXMIN permitem que as mulheres estabeleçam relações com alguns partidos políticos principalmente ao partido FRELIMO, isto é, o poder de manter as suas terras as mulheres garante a participação e o reconhecimento nas acções políticas. Neste caso significa que as mulheres adoptam-se de uma personalidade voltada para a produção de um sujeito político capaz de recusar a identidade tradicionalmente construída, onde a mulher é dominada e socializada para esfera doméstica e o homem dominante mas socializada para esfera pública.

Mulheres como sujeito político participam nos seminários, palestras, reuniões da OMM e como activistas de género na AEXMIN e no bairro onde adquire novos saberes e novas informações. Neste campo, há produção de um sujeito político próximo de discursos e práticas de base feministas, onde os sujeitos protagonistas são as próprias mulheres que lutam pela sua afirmação de direitos, igualdade e revestindo-lhes de poder. Pela via da acção política as mulheres da AEXMIN procuram a afirmação como mulher produtiva e integrante nos conselhos consultivos da comunidade.

A participação da mulher no Conselho Consultivo da Comunidade e/ou do Distrito, onde algumas delas são capacitadas no desenho de pequenos projectos de criação de rendimento tem sido eficaz para a ascender aos recursos e ao poder. Algumas das nossas entrevistadas afirmam que antes da formação não sabiam que existe, por exemplo o Fundo de Desenvolvimento Local (FDL) e do crédito agrário disponibilizado pelo programa Vilas do Milénio de Chibuto.

O caso evidente é da senhora A. Teodoro de 38 anos de idade, casada e é extensionista de género na AEXMIN. Fruto da formação abriu um estabelecimento de corte e costura onde trabalha com doze pessoas, das quais nove mulheres e três homens. Em 2011 o programa Vilas do Milénio disponibilizou-lhe um fundo, que permitiu comprar material de costura em grandes qualidades.

Os grupos de produção, formadas por mulheres, são antecidos por uma formação política. É nestes grupos que elas começam a reverter suas relações e a perceber as desigualdades entre os homens e as mulheres. Por isso, os movimentos sociais, como espaços inovador das relações de poder, criam e recriam as formas de reivindicar e de estabelecer relações de poder.

Nesse sentido, a participação política é uma estratégica que se redefine na AEXMIN. A partir desse envolvimento as mulheres se sentem fortalecidas e começam a produzir seus processos de reacção à submissão, a qual inicia na associação e posteriormente atinge na família.

#### **4.5.1 Aspecto relacionado com a manutenção das relações de poder na AEXMIN**

Constatamos também que na AEXMIN, para além de fortalecimento do poder feminina baseando do xitoko, xitique e participação política; é, ao mesmo tempo, assumida como espaço

de manutenção, produção e reprodução das relações de poder. Este processo se expressa através das regras e normas locais e racionais.

O poder na associação notabiliza-se através das tarefas, discursos onde alguns homens recorrem nas regras, normas, valores construídas (os) na comunidade para legitimar as suas tarefas e discursos na associação. Este poder é mais notório em algumas mulheres principalmente idosas por meio das tarefas. Em actividade agrícola na machamba a falta, por exemplo de uma enxada, é motivo para os homens ficarem sem nada fazer. Isto significa que AEXMIN inserida numa região patriarcal apresenta este tipo de poder onde os homens superiorizam face as mulheres.

As relações sociais que se estabelecem na AEXMIN são permeadas pela herança tradicional das relações de poder. Isto significa que em alguns casos as relações de poder nesta associação circunscrevem nas lógicas do modelo patriarcado onde o homem procura impor a sua autoridade herdado no acto da sua socialização. Assim, a presença da mulher na AEXMIN depara com certas barreiras impostas por modelo construído na comunidade Samora Machel.

Este modelo, determina as funções do homem e da mulher em função de sexo. Mesmo que os associados tenham nos revelado que não existe funções em função de ser homem ou mulher, mas na prática dita outra realidade. São os homens que fazem actividades pesadas, tais como carregamento de sacos, construção de alpendres, aberturas de poço, deslocações para fora do distrito em missão da associação<sup>33</sup>; estas actividades que as mulheres alegam pertencerem aos homens tendo em conta a sua condição física. No carregamento de sacos as mulheres são responsáveis de enchê-los; na construção de alpendres elas confeccionam refeições; e no poço são responsáveis pela retirada da areia nas redondezas do mesmo (poço).

As actividades construídas no âmbito tradicional estão patente as relações de género. Tradicionalmente, as mulheres foram educadas a não o uso da força (física) do seu corpo. Mauss (1974) sustenta que as mulheres foram treinadas o uso do seu corpo, as maneiras como as sociedades, de forma tradicional, usam de seu corpo é o resultado do processo de socialização. As mulheres treinadas a actividades mais leves e os homens as mais pesadas.

---

<sup>33</sup> Atribuímos a categorização de uma tarefa pesada tendo em conta o período que é exigido de se ausentar na família. Devido aos cuidados dos filhos e de outros membros da família, elas são limitadas de passar um dia fora da unidade doméstica.

Nesta preparação, está patente a superioridade masculina em detrimento do feminino. No acto da observação verificamos que na limpeza da vala de drenagem, são os homens que entram dentro dela fazendo limpeza e aumentar as suas dimensões; e por sua vez, as mulheres no redor da vala retiram o capim. Este cenário reveste de um significado simbólico onde está alojado o poder do homem.

Deste modo, podemos notar que algumas mulheres (maioritariamente idosas) aspiram o poder construído culturalmente; isto é, mesmo com alguns ganhos económicos a situação social destas mulheres idosas mantêm-se na mesma.

Ainda Weber (1967) o poder legal ou racional é regulado por leis, regras que estabelece as competências e as atribuições de cada um numa determinada relação social. No entanto, a AEXMIN possui um regulamento aprovado pelo Conselho de Ministro, e esta legalidade interna é ao mesmo tempo coadjuvado com outras leis no capítulo do acesso a terra. Estas relações sociais no âmbito do poder racional na AEXMIN são desconhecidas por algumas mulheres principalmente as idosas.

O desconhecimento produz uma acção que confere ao homem maior capacidade da interpretação dos instrumentos legais conferido lhe poder racional. A entrevista conduzida na associação possibilitou-nos descobrir a realidade vivida na associação; pois, as mulheres em detrimento dos homens, desconhecem o regulamento da associação e o DUAT.

Segundo senhora M. Simbine (52 anos de idade):

*"Estou na associação a sensivelmente 8 anos, trabalhamos arduamente ao lado dos homens. No âmbito da elaboração do regulamento aprovado pelo governo foram os homens que fizeram tudo eu apenas fui informada. Seio que temos regulamento mas há muita coisa que não conheço".*

Portanto, o desconhecimento do regulamento do AEXMIN e dos instrumentos legais de DUAT, a prática revela a persistência do poder dos homens em alguns membros da associação principalmente nas mulheres idosas.

A mulher, no âmbito da sua socialização, é educada a reconhecer o papel da mãe e de mulher e o rapaz para a chefia do lar. Osório (1998) demonstra que as meninas são preparadas para esfera doméstica carregando água, cuidando dos outros, desenvolvendo competências e reconhecer os seus futuros papéis. A rapariga é socializada para o lar, administrar e gerir os bens da casa.

Por isso, quando ela passa para a esfera pública, neste caso para AEXMIN, carrega consigo o poder tradicional. Neste aspecto, o processo do poder masculino começa na família e se enraíza ao longo de socialização.

## V Capítulo

### 5.1 Considerações finais

Neste estudo analisamos a dinâmica das relações de poder na Associação Agrícola Ex-Mineiro onde constatamos que algumas mulheres detêm poder na associação através das redes sociais por elas montadas, isto é, por meio de xitoko, xitique, e por participação política.

As mulheres alcançam o poder através das acções colectivas estabelecidas em redes sociais. O envolvimento das mulheres na AEXMIN é mais evidente que o envolvimento dos homens, pois as mulheres, donas do espaço doméstico, estão acostumadas a cuidar das crianças, de vizinhos, emprestando arroz, açúcar, sal quando falta para vizinho. Daí que, a troca, solidariedade, fraternidade e a reciprocidade são questões de sobrevivência diária, estas facilidades possibilitam a mulher afirmar-se como agente estratégico para alcançar o poder.

Por isso, elas detêm o poder num sentido colectivo, isto é, o poder da acção colectiva é construído num processo de redes sociais. As mulheres dinamizam a criação e a participação em actividades públicas, o caso de xitoko e xitique com base na reciprocidade para melhor controlar os recursos naturais incluído a terra. Esta mobilidade por meio de xitoko e xitique confere as mulheres maior possibilidade de negociar, e maior grau de autonomia perante ao poder patriarcal.

As redes sociais estabelecidas por meio de xitique revestem as mulheres de poder económico que lhes possibilita o surgimento de uma nova visão nas relações homem/mulher na AEXMIN, na comunidade e na família. Em muitos casos as mulheres têm mais machambas na zona baixa com maior faculdade produtiva, aliando xitique e xitoko. Por isso, quanto maior for a acção de poder colectiva, maior é a capacidade que as mulheres têm a penetrar no poder.

As mulheres na AEXMIN procuram garantir a participação e o reconhecimento nas actividades políticas, consta como estratégias para manter seus direitos garantidos pela lei. Elas participam nos conselhos consultivos, seminários ou palestras revelando o surgimento de movimentos femininos consciencializados na luta pelos direitos das mulheres (movimento feminino). Mulher como sujeito político envolve em poder onde passa a influenciar a organização construída em

moldes tradicionais (patriarcado). Assim, identificamos duas identidades femininas que se expressam as relações de poder na AEXMIN:

- a) Aquelas que detêm poder que lhes permite o acesso e a manutenção de terras diante do poder patriarcal e das pessoas assalariadas. Portanto, esta figura aparece enraizando no que denominamos *pré-poder feminino* (integração das mulheres na AEXMIN como mecanismo primário de busca de poder para manter DUAT). Faz parte desta identidade mulheres de aproximadamente 35 até 50 anos de idade, maioritariamente solteiras e cujo nível de escolaridade está acima do primário do 2º Ciclo (7ª classe).
- b) Aquelas que absorvem o modelo construído com base nas regras e normas locais, fazendo parte, maioritariamente mulheres casadas e idosas as quais se restringe na participação política devido à pressão exercida pelos maridos ou por instabilidade física.

Entretanto, o presente estudo possibilitou-nos a constatar ainda que as mulheres são motivadas a adesão na AEXMIN como forma de defender as suas terras contra o poder dos homens expresso em forma do sistema consuetudinário (modelo patriarcal); contra pessoas endinheiradas vindo do distrito ou de outro ponto do país; produzir o poder da acção colectiva e as possibilidades de adquirirem o fundo agrário disponibilizado por Vilas do Milénios e a aquisição do Fundo de Desenvolvimento Local (vulgarmente conhecido por 7 milhões de meticais).

A relação entre homens e mulheres na AEXMIN engendra novas formas de estratificação social influenciada por factores de ordem económico que dá possibilidades alguns membros adultos a faculdade de uso de novas tecnologias agrárias e aquisição de gado bovino que lhes ajuda no trabalho agrícola. Mas, mesmo assim, o poder masculino tem sido visível na AEXMIN por meio das tarefas.

As relações sociais por meio de redes de solidariedade, entajuda, reciprocidade e materializadas por meio de xitique, xitoko e participação política (conselho consultivo da comunidade e/ou do distrito, seminários, palestras, activistas de género), revestem as mulheres (principalmente adultas) de poder económico e da identidade política que lhes possibilitam reverter a situação submissa reverenciada por abordagem de género como teoria de análise.

## 5.2 Referências bibliográficas

Actionaid Moçambique.2009. *Estudo de base sobre os direitos da mulher à terra nas províncias de Maputo, Zambézia e Nampula*. Projecto Wolar, Maputo.

Actionaid Moçambique.2010. *Relatório de troca de experiência entre Moçambique e África do Sul*. Projecto Wolar, Maputo.

Adam, Yussuf. 1986. *Cooperativização na agricultura e Modificação nas relações de produção no período colonial em Moçambique*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em História. Maputo: CEA-UEM.

Balate, A.2001. *Relações de Género e Gestão Comunitária das Fontes das Águas de Distrito de Marracuene 1992-1999*. Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura na antropologia na UFICS/UEM.

BR.1997. *Os Direitos e Uso e Aproveitamento da Terra*. Maputo: Imprensa Nacional.

Boletim da República.2010.*Estatuto da Associação Agrícola Ex-mineira*. 3º Suplemento, III série-nº 33. Maputo: imprensa nacional.

Bourdieu, Pierre.1989. *O poder Simbólico*. Lisboa: Diefel.

Bourdieu, Pierre.1990. *Coisas ditas*, São Paulo: Editora brasiliense, S.A.

Burgess, R.2006. *Pesquisa no Terreno*. São Paulo: Celta Editora.

Casimiro, I. e Andrade, X.1992. Construído uma Categoria de Género em Moçambique. In “*Estudos Moçambicanos 11/12*. Revista semestral de ciências sociais”. CEA-UEM.

Carvalho, M.J.Soares e Rocha, C.M. Famer. 2004. *Produzindo Género*. Brasília: editora Sulina.

Casimiro, Isabel. 1995. *Estudos sobre género em Moçambique*. Maputo: CEA-UEM.

Cruz e Silva, tereza.2008. As redes de solidariedades como intervenientes na resolução de litígios: o caso de Mafala. In: “Santos e Trindade (orgs) *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem da Justiça em Moçambique*”, Porto: edição Afrontamento, Cap. 21,pp427-450.

Gabinete Distrital de Planificação.1997. *Recenseamento da População e Habitação*. Chibuto.

Gabinete de Organização e Desenvolvimento das Cooperativas Agrícolas.1979. *Projecto de Estatuto Para as Cooperativas de Produção Agrária*. Maputo: MINAG.

Foucault, M. 1996. *Microfísica de poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Gusse, Celso.2010. *Os Desafios da Mulher no Acesso a Terra em Moçambique*. Notas reflexivas, Projecto Wolar, Maputo

Honwana, Sansão. 2004. *Análise de Participação das Associações de Camponeses nos Programas de Desenvolvimento do Vale de Zambeze*. Maputo: FAEF- UEM.

INE (2010) III *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Resultados Definitivos Moçambique*, Maputo: Imprensa Nacional.

Lakato, Eva M. e Marconi, Marina de Andrade.1999. *Sociologia geral*. 4ª Edição. São Paulo: Atlas editor.

Loforte, A. Maria.2000. *Género e Poder Entre os Tsongas de Moçambique*, Maputo: edições Comedia.

Loforte, A. Maria, et al.1998. *Relações de Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde*, Maputo: DAA-UEM.

Loforte, A. Maria.1996. Normas Relativas a Herança, Transmissão de Terra: o caso do sul de Moçambique.In “*Direitos consuetudinários em Moçambique*”. Maputo: NET-UEM

Marconi, M. de Andrade et al (2009). Metodologia Qualitativa e Quantitativa. In “*Metodologia Científica*”, 5ª edição, São Paulo: Editora Atlas S.A. pp 269-230.

Marcel, Mauss.1976. As Técnicas de Corpo. In “Sociologia e Antropologia”. São Paulo: COSACNAIFY. Pp162-212.

Mejia, Margarita.2000.*Dinâmicas Locais na Associação de camponesas do distrito de Manhica província de Maputo: Relatório de Pesquisa*. Maputo: CEA-UEM.

Ministério da Ciência e Tecnologia-Moçambique.2009. *Vilas de Milénios: Realizações e Desafios no Biénio 2007/2009VIII*. Maputo.

- Meena, Ruth. 1992. *Gender in Southern African: Conceptual and theoretical Issues-Harare*: apes Books.
- MINAG-RM. 1979. *Organização do Movimento Cooperativo Agrário*. Maputo.
- Negarão, José.1996. Uso da terra em Matutuine: contributo para a planificação territorial do distrito. Maputo.
- Negrão, José. 2004. Mercado de Terra em Moçambique. Maputo
- Negrão, José.2000. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano. In “*Acesso à Terra pelas Mulheres: Cinco Sistemas de Direitos Costumeiros*”. PNUD.
- .Neumann, T. Lúcia e Neumann, A. Rogério.2004. *Desenvolvimento Comunitário baseado em Talentos e Recursos Locais*. São Paulo: editora Global.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van. 1995. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Trajectos. Lisboa: Gradiva.
- MAE-RM. 2005. *Perfil do Distrito do Chibuto província de Gaza*. Maputo: Imprensa Nacional.
- Rocha, Aurélio. 2001. *Associativismo e Nativismo em Moçambique: contribuição para as origens de Nascimento Moçambicano (1900-1940)*, Maputo: Promédia.
- Rocher, Guy. 1986. *Ensaio Geral*. 2ª Edição. Lisboa: Editora Presença
- SARDC-WIDSAA.2000. *Para Além das Desigualdades: A mulher na África Austral*. Harare.
- Scott, J. 1986. Gender: A usual category of historical analyses. Gender and the politics of History. New York: Editora Columbia University Press.
- Stoner, J. A. F. e Freeman, R. E. 1999. *Administração*, 5ª edição, Rio de Janeiro, livros técnicos científicos Editora.
- Suárez, Mireya. 1995. Enfoques Feministas e Antropologia. In “*Género e Ciências Humanas: Desafios às Ciências Desde a Perspectiva das Mulheres*”, Rio de Janeiro: Editora Rosas dos Tempos.

Trindade, C. Casimiro.2011. Convívio e Solidariedade. Prática de xitique em Moçambique. Comunicacao apresentado no XI congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal na Bahia, Campus odora.

Trivinos, Augusto N. S. 1987. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Editora Atlas.

Osório, Conceição.2005. *Poder e Violência, Homicídio e FeMicidio*, Maputo: WLSA-Moçambique.

Osório, C. et al. 1998. *Mulher e Poder, Relatório de Investigação*. Maputo: UFICS-UEM.

Quive, Samuel et al. 2004. *Género e Desenvolvimento: uma perspectiva sociológica em enfoque nos sectores de educação e saúde*. Maputo: CIEDIMA.

Van Vugt, A. L. E. M. 2000. *Relatório de Pesquisa Antropológica Realizada na Provincial de Maputo e Gaza.Doc.2*. DER/DNDR: Maputo.

Valá, S. Cripton. 2003. *A Problemática de Posse da Terra na Região de Chókwè (1954-1995)*. Maputo: CIEDIMA-Central Imprensa e editora Maputo, SARL

Vijfhuizen, Carin.1999. *Todos os Dias Enxada nas Mãos: Género e Terra no Regadio de Massaca*. Maputo: Imprensa Universitária

Waterhouse, Rachel & Vijfhuizen, Carin (2001). *Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos rurais em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.

Weber, Max. 1967. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora (LIC). Livros técnicos e científicos

WLSA.1998. *Família em contexto de mudança em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.

Zonjo, Johane F. Chibaio .1999. *Acesso, posse e conflito da terra-estudo de caso do distrito de Búzi: de 1975 à actualidade*. Trabalho de licenciatura em História. UEM.FL. Maputo.

